

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**TIAGO DE SOUZA MODESTO**

**A UBERIZAÇÃO DO TRABALHO:  
Uma análise da exploração na contemporaneidade.**

**VOLTA REDONDA  
2020**

FUNDAÇÃO OSWALDO ARANHA  
CENTRO UNIVERSITÁRIO DE VOLTA REDONDA  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL  
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

**UBERIZAÇÃO DO TRABALHO:  
Uma análise da exploração na contemporaneidade.**

Monografia apresentada ao curso de Serviço Social do UniFoa com requisito à obtenção do título de bacharel em Serviço Social.

Aluno:

Tiago de Souza Modesto

Orientador:

Me. Felipe da Matta de Castro

**VOLTA REDONDA  
2020**

## FOLHA DE APROVAÇÃO

Aluno: Tiago de Souza Modesto

Título da monografia: **UBERIZAÇÃO DO TRABALHO:  
Uma análise da exploração na contemporaneidade.**

Orientador: Me. Felipe da Matta de Castro

Banca Examinadora:

---

Prof. Me. Felipe da Matta de Castro

---

Prof. Dr. Hélio de Lena Júnior

---

Prof. Me. Marcos Aurelio Ramalho Gandra

Existe força de trabalho sem patrão.

Não existe patrão sem força de trabalho.

Paulo Lima, "Galo". (CartaCapital, 2020)

Dedico a minha mãe por todo amor que me  
dera desde o meu nascimento, e a classe  
trabalhadora que resiste, que luta e  
sobrevive a todas investidas do sistema  
capitalista.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente agradeço a minha mãe Clemilda Maria por sempre estar do meu lado e por depositar tanta confiança nos meus sonhos, não permitindo que eu desista de conquistá-los diante das dificuldades da vida. Ao Professor Me. Felipe da Matta de Castro por aceitar esse desafio de me orientar com maestria e competência em meio as diversidades do último ano letivo. Agradeço imensamente a todos os professores do curso de Serviço Social do UniFoa pela dedicação, profissionalismo e comprometimento, não só com a minha formação, mas com as de todos os meus colegas de classe, que também não posso me esquecer de agradecer pelo convívio, aprendizado e a alegria de desfrutar desses quatro anos de formação. Enfim, gratidão a todos.

## RESUMO

A pesquisa desenvolvida possuiu a intenção de investigar as consequências da uberização do trabalho nas relações sociais vivenciadas pela classe trabalhadora, em específico a categoria dos motoristas e entregadores de aplicativos, que após a reestruturação econômica do capital, consubstanciada pelos avanços tecnológicos fortaleceram o aprofundamento e o desvelamento das expressões da questão social na contemporaneidade. A metodologia utilizada para a produção deste estudo consiste em um compilado de obras bibliográficas sobre o tema, com uma abordagem qualitativa, porém ressalto que se tratando de um assunto novo e pouco debatido, não há muitas referências bibliográficas disponíveis, o que necessitou de um empenho maior na elaboração da pesquisa para que se concretizasse.

As precarizações das condições de trabalho, a desregulamentação de direitos, a ideologia do empreendedorismo e o sucateamento da seguridade social, tem provocado resultados aviltantes na vida da classe trabalhadora, notando-se então, a relevância do debate para compreender a questão social e as lutas de classe que envolve o mundo do trabalho na era digital. No entanto, se faz necessário uma análise do Serviço Social fundamentado na teoria marxista e no Projeto Ético-Político que baliza a atuação profissional dos assistentes sociais, para que se tenha entendimento das relações de trabalho no contexto atual, possibilitando traçar estratégias de enfrentamento as demandas ligadas a precarização das condições de trabalho provocadas pela uberização, visando a garantia e a viabilização de direitos da classe trabalhadora, a eliminação da exploração e alienação do trabalho, como também a superação da ordem vigente capitalista.

Palavras chaves: Uberização do Trabalho. Plataformas Digitais. Precarização do Trabalho. Questão Social. Serviço Social.

## **ABSTRACT**

The research had the intention of investigating the consequences of the uberization of work in the social relations experienced by the working class, in particular of drivers and application deliverers, from the economic restructuring of capital, substantiated by technological advances that strengthened the deepening and unveiling of expressions of the social question in contemporary times. The methodology used for the production of this study consists of a collection of bibliographic works on the subject, with a qualitative perspective.

The precariousness of working conditions, the deregulation of rights, the ideology of entrepreneurship and the scrapping of social security, has provoked degrading results in the life of the working class, it is noted, then, that this debate is of paramount importance to understand the social issue and the class struggles surrounding the world of work in the digital age. However, it is necessary to make a diagnosis of Social Work based on the Marxist philosophical current and the Ethical-Political Project that guides professional performance, in order to have an understanding of work relationships within the current context, making it possible to outline coping strategies for the demands the precarious working conditions caused by uberization, aiming at guaranteeing and making viable the rights of the working class, the elimination of the exploitation and alienation of work, as well as the overcoming of the current capitalist order.

Key words: Uberization of Work. Digital Platforms. Precarious Work. Social Issues. Social service.

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO .....	9
2 A LÓGICA DO CAPITAL .....	13
2.1 Trabalho e Sistema Capitalista .....	13
2.2 Questão Social e os seus desdobramentos .....	22
2.3 Classe, Consciência e Luta de Classe .....	31
3 A TECNOLOGIA A FAVOR DO CAPITAL .....	39
3.1 Reestruturação Produtiva e o Setor de Serviços .....	39
3.2 Uberização do trabalho e a Exploração Digital .....	44
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	55
5 BIBLIOGRAFIAS .....	57

## 1 INTRODUÇÃO

A intenção de desenvolver um estudo que aborde a precarização do trabalho com a chegada das tecnologias altamente avançadas, mais precisamente, das plataformas digitais controladas por algoritmos, nasce de uma inquietação pessoal com a vivência dentro de uma empresa nacional de varejo, que modificou totalmente os processos de trabalho dos funcionários com o trabalho remoto digital. Conectados ao aplicativo por um *smartphone*, as nossas atividades laborativas passaram atender totalmente os objetivos e interesses de acumulação do capital da empresa, 24 horas, sete dias por semana.

No capitalismo o trabalho é fundamental por se tratar de uma atividade criadora de valor, necessário para o processo de acumulação e enriquecimento da classe detentora dos meios de produção (burguesia), sendo ele também o motivo que possibilita os trabalhadores, mesmo que em péssimas condições, de se reproduzirem. As relações socioeconômicas entre o capital e o trabalho é extremamente injusta devido” à alienação e a exploração da força de trabalho, observando-se uma divisão sociotécnica do trabalho e de classes (NETTO; BRAZ, 2011).

A uberização do trabalho é um fenômeno da informalidade na cena contemporânea, que ocasionou significativas transformações no mundo do trabalho a partir da reestruturação do capital e os avanços tecnológicos. Tem se tornado uma das saídas para a população se inserirem no mercado de trabalho devido ao aumento do desemprego, contabilizando quatro milhões de trabalhadores que se utilizam das plataformas digitais como ferramenta de trabalho, segundo dados do IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (PERES, 2020).

O estudo realizado trata-se em específico dos motoristas e entregadores por aplicativos, limita-se a essa categoria para maior compreensão do objetivo proposto pela pesquisa. É através dos cadastros realizados nas empresas que se encontram em plataformas digitais, que os trabalhadores são controlados e dinamizados em sua produtividade conforme os interesses das grandes corporações. São grandes marcas empresariais que ecoam forte pela sociedade e que contam com um grande e poderoso discurso de empreendedorismo, altos níveis de ganhos e flexibilidade de horário, tornando-se uma atrativa oportunidade para adesão dos amedrontados pelo desemprego (FRANCO; FERRAZ, 2019).

Esse novo trabalhador da era digital, enquanto estão exercendo alguma atividade que possa prover sua manutenção vital e social, também contam com a corrosão e a dissolução de seus direitos conquistados, sendo explorados de formas significativas sem qualquer regulamentação legal que os ampare. São prestadores de serviços sem quaisquer vínculos empregatícios, e conseqüentemente sem nenhum suporte e reconhecimento das empresas, que fundamentam os seus discursos em um esquema de “ parceria ” , o que os leva a custear suas forças produtivas caracterizando a extração direta da mais-valia da forma mais perversa, o que resulta no aumento significativo das expressões da questão social na contemporaneidade dentro de uma nova roupagem (ANTUNES, 2018).

O que veremos é a perda total do sentido do trabalho, baseada na reforma intelectual, ideologia, cultural e socioeconômica pelo capital, para aumentar a sua acumulação e a adesão dos trabalhadores aos novos modos de exploração através da informatização-digital.

O objetivo geral da pesquisa foi investigar os impactos da uberização no mundo do trabalho e seus resultados nas relações sociais da vida da classe trabalhadora. Pesquisar o conceito de uberização, compreender a questão social e as lutas de classe na contemporaneidade e a atuação do Serviço Social mediante as demandas ligadas a precarização das condições de trabalho, provocada pela uberização, constitui os objetivos específicos do estudo para melhor apreender sobre essa nova temática.

A metodologia utilizada na pesquisa foi a reunião de obras bibliográficas através de livros, revistas, artigos científicos e textos em websites, com uma abordagem qualitativa. Sobre a produção de pesquisa Marsiglia (2006) vai dizer que:

[...] é uma das formas de se produzir conhecimento, que foi se estruturando como tempo, criando seus objetos e métodos, definindo as relações que os pesquisadores devem estabelecer com seus objetos de conhecimento, em um processo de discussão profundo e polêmico entre os cientistas (MARSIGLIA, p. 1, 2006).

Lima e Mioto (2017) vai destacar que a pesquisa bibliográfica “é realizada para fundamentar teoricamente o objeto de estudo, contribuindo com elementos que

subsidiar a análise futura dos dados obtidos” (LIMA; MIOTO, p. 44, 2007). Sobre o caráter qualitativo da pesquisa Muylaert et al (2014) elucidam que:

[...] a pesquisa qualitativa se preocupa em capturar um nível de realidade que não pode ser mensurado quantitativamente, por outro, o pesquisador só poderá desenvolver uma postura crítica que o qualifique no aprofundamento da captura dos dados, se permanecer em uma busca ativa e atenta por novos interlocutores e observações em campo, com o objetivo de articular e enriquecer as informações coletadas, uma vez que o objeto da investigação é sempre um objeto construído (MUYLAERT et al, p. 197, 2014).

O primeiro capítulo vai debater sobre trabalho e a sua gênese como atividade que possibilita a manutenção da vida, bem como a identificação do trabalho como uma atividade teleologicamente guiada a partir de reflexões mentais. Vai abordar o surgimento do ser social a partir das relações estabelecidas entre os sujeitos através do trabalho na sociedade, que acabou por afastar cada vez mais o ser natural de homens e mulheres, humanizando-os. Elucida as transformações ocorridas em um longo período histórico do mundo do trabalho, que visaram atender as necessidades de acumulação do sistema capitalista, fazendo se perder o real sentido que é o atendimento das necessidades humanas.

No mesmo capítulo discorre-se como é engendrada a exploração e a alienação do trabalho, traz-se o debate sobre questão social e suas implicações na vida da classe trabalhadora, bem como as formas de organização e enfrentamento que resultaram em direitos conquistados através das lutas de classe. Ressalta a consonância do Estado e da classe burguesa no tratamento das expressões da questão social, no que tange o afastamento das responsabilidades e sua utilização para domínio e poder sobre a classe subalterna.

No segundo capítulo menciona-se sobre o aumento dos trabalhadores no setor de serviços, elucida-se o termo da uberização do trabalho e sua gênese a partir da reestruturação produtiva com os avanços tecnológicos de última geração. Debate-se sobre as estratégias de exploração via plataformas digitais, das ideologias disseminadas para angariar trabalhadores através do discurso do empreendedorismo e os resultados da precarização do trabalho no fenômeno da uberização. Analisa o aumento de trabalhadores e o aprofundamento da exploração durante pandemia do

novo coronavírus (COVID-19), relatam-se os tímidos movimentos de lutas e resistências dos trabalhadores de aplicativos que emergiram durante a pandemia, reivindicando direitos trabalhistas que não são ofertados a categoria. Nas considerações finais buscou-se identificar as possibilidades de atuações do Serviço Social como profissão inserida na divisão sociotécnica do trabalho, e que tem como objeto de intervenção a questão social produzida pela contradição existente do sistema capitalista. Pontua-se o compromisso com a classe trabalhadora, no que tange a elaboração de estratégias para o enfrentamento da exploração via digital, através das dimensões teórica-metodologia, ética-político e técnica-operativa que constitui o agir dos assistentes sociais, reafirmando a fidelidade com o seu Projeto Ético-Político Profissional.

## **2 A LÓGICA DO CAPITAL**

Na sociedade capitalista as relações sociais estão estabelecidas com o intuito de promover a satisfação das necessidades e interesses dos sujeitos, sejam elas materiais ou imateriais. A produção de riqueza social é o motivo que faz com que essas relações apareçam dentro deste sistema socioeconômico, que se encontra estruturado por desigualdades refletidas em todo processo de produção e reprodução na vida da classe trabalhadora. Por esses motivos que o trabalho se torna um gatilho para a materialização da dicotomia social devido aos interesses distintos entre as classes sociais, pautada na exploração e alienação do trabalho e na posição que os sujeitos se encontram no processo produtivo.

Portanto, nesse capítulo vamos discutir sobre o trabalho no sistema capitalista e seus desdobramentos que afeta as relações socioeconômicas da classe trabalhadora, dentro de uma perspectiva teórica marxista que fundamenta o Serviço Social.

### **2.1 TRABALHO E SISTEMA CAPITALISTA**

O trabalho nunca esteve intrínseco biologicamente na espécie humana, não nascemos pré-dispostos a desenvolver tal atividade, o que faz com que ele seja previamente idealizado (teleológico). A prévia idealização do trabalho é uma consequência de reflexões mentais realizadas pelos sujeitos, que permite de forma abstrata pressupor o resultado de suas ações antes de concretizá-las. No entanto, são necessárias essas prefigurações para a concretização do trabalho, resultando na objetivação sobre a natureza, transformando-a. Netto e Braz (2011) nos dizem que:

Não é importante saber em que medida o fim a ser alcançado corresponderá mais ou menos a idealização (prefiguração) do sujeito; importante é destacar que sua atividade parte de uma finalidade que é antecipada idealmente, é sublinhar que sua atividade tem como ponto de partida uma intencionalidade prévia – mas exatamente, é importante ressaltar que o trabalho é uma

atividade projetada, *teleologicamente direcionada*, ou seja: conduzida a partir do fim proposto pelo sujeito (NETTO; BRAZ, 2011, p.42).

A sociedade sempre dependeu da natureza, pois é a partir dela que conseguimos realizar a manutenção da vida, e entre as diversas formas de atender as necessidades humanas, o trabalho sempre esteve presente no cotidiano dos sujeitos, sendo modificado e reformulado com o passar do tempo e das requisições postas no dia-a-dia, rompendo cada vez mais com os padrões naturais. Além das tentativas de satisfações vitais como alimentação, proteção, reprodução biológica entre tantas outras, tal atividade passou a atender outras inúmeras necessidades dos membros da sociedade contemporânea capitalista, ficando responsável por características marcantes que sustentam o capital e produz novas necessidades a homens e mulheres, deixando-os imersos e submetidos a ideologia burguesa (NETTO; BRAZ, 2011).

Funciona como um ditame de ideário de vida, que provoca a submissão dos sujeitos aos trabalhos precarizados oferecidos pelo mercado, muitos sem nenhuma regulação ou amparo legal, favorecendo ao processo de acumulação da classe dominante enquanto trabalhadores se esforçam ao máximo em condições degradantes para se sentirem pertencente a dinâmica consumista capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O trabalho possui algumas especificidades agregadas em sua órbita, como a necessidade de instrumentos que possam mediar entre as ações de homens e mulheres, instrumentos que não são fornecidos pela natureza de forma pronta, que ao serem fabricados proporcionam um maior desempenho da atividade transformadora e criadora dos sujeitos em prol de suas necessidades. Cria-se então a condição de avaliá-los mentalmente diante a ação que irá executar, atitude essa que de fato particulariza o trabalho à espécie humana, mas, acaba gerando os problemas dos meios e dos fins durante os processos, requisitando a análise de quais instrumentos usados como mediador é mais adequado, qual matéria-prima atenderá suas expectativas e se produto final do seu trabalho será útil ou não para sua autossatisfação. Como podemos observar, as prefigurações do trabalho exige conhecimentos sobre as propriedades da natureza, do processo de produção e das condições concretas em que os sujeitos irão atuar, para que de fato materialize as ações (NETTO; BRAZ, 2011).

Por mais que os sujeitos criem instrumentos e objetos que lhes atendam, eles não se identificam entre si, havendo uma distinção entre eles. O trabalho no sistema capitalista tem essa característica de separar de homens e mulheres os frutos de suas ações, passando a ter existência independente, não sendo relacionadas aos seus criadores. Essa condicionalidade é um dos pontos importantes no modo de produção capitalista para explorar a classe trabalhadora, pois facilita a desapropriação das mercadorias produzidas por eles, e conseqüentemente, a negação das riquezas socialmente produzidas, mesmo que nelas contenham somado a força da mão-de-obra da classe trabalhadora (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Ao adquirirem conhecimentos advindos das fabricações de instrumentos, manuseios de matérias-primas, dos processos de produções e das particularidades da natureza, os sujeitos passam a trocar suas experiências e conhecimentos de forma a universalizarem os saberes com os demais, ao ponto de criarem uma linguagem específica inscrita no âmbito do trabalho, que possibilita a comunicação entre os interessados, facilitando o repasse das informações dentro de uma dinâmica de ensinar e aprender. A socialização dos saberes e dos conhecimentos fazem com que o mundo do trabalho adote uma característica de coletividade, contrapondo a ideia de que um único sujeito seria capaz de desenvolver isoladamente suas atividades e todo o processo que envolve o trabalho, ainda mais na sociedade atual onde a fragmentação está presente em todo o processo produtivo, envolvendo cada vez mais força humana (NETTO; BRAZ, 2011).

A coletivização do trabalho e a inserção dos sujeitos nesse processo, pode ser definida pelo poder de convencimento, coesão ou das necessidades de manutenção da vida advinda da classe trabalhadora, que no modo de produção capitalista é configurada pela execução do poder e subordinação de uma classe social sobre a outra, sendo assim, ditando as tarefas a serem cumpridas, a cadência do ritmo da produção, as condições dos trabalhos oferecidos e o emolumento a ser pago, onde a classe dominada muitas vezes acaba por aceitar, devido à presença das expressões da questão social que os cerca. A despolitização de muitos trabalhadores os impede de formular um censo crítico sobre as propostas de trabalho oferecidas a eles, enquanto outros estão tão imersos na hegemonia capitalista que acabam por reproduzir e aceitar a lógica do capital sem questionar, não conseguindo compreender a real intencionalidade da ação burguesa que visam o enriquecimento de uma classe em detrimento de outra. (NETTO; BRAZ, 2011 e MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

O caráter coletivo do trabalho se torna extremamente social por razões explicitadas no parágrafo acima, mas também por modificar os sujeitos ao ponto de proporcionar uma nova forma de se organizarem socialmente a partir das relações estabelecidas entre eles. Essas interações visam atender os interesses individuais e coletivos, afastando ainda mais o ser natural dos sujeitos, permitindo o surgimento de um novo tipo de ser, o ser social (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Ao pensar que o trabalho é uma atividade realizada especificamente por seres humanos devido a sua capacidade de projetar mentalmente suas ações, devemos pensa-lo também como requisito primordial para a construção da dinâmica social. Diante disto, Netto e Braz (2011) nos diz que:

A sociedade não é simplesmente o agregado dos homens e mulheres que a constituem, não é um somatório deles, nem algo que paira acima deles; por outro lado, os membros da sociedade não são átomos, nem mônadas, que reproduziriam a sociedade em miniatura. Não se pode separar a sociedade dos seus membros: não há sociedade sem que estejam em interação os seus membros singulares, assim como não há seres sociais singulares (homens e mulheres) isolados, fora do sistema de relações que é a sociedade. O que chamamos de sociedade não são os modos de existir do ser social; é na sociedade e nos membros que a compõem que o ser social existe: a sociedade, seus membros, constitui ser social e dele se constitui (NETTO; BRAZ, 2011, p.47).

Para Netto e Braz (2011) a espécie humana trata-se de uma evolução dos primatas em um largo período histórico, composto por sistemas complexos em sua formação biológica que o diferencia de outras espécies orgânicas e inorgânicas, o que facilita o distanciamento conforme o tempo do ser natural, permitindo que o ser social surgisse dotado de particularidades nunca visto na natureza.

Trata-se do processo no qual, mediante o trabalho, os homens produziram-se a si mesmo (isto é, se *autoproduziram* como resultado de sua própria atividade) tornando-se – para além de seres naturais – seres sociais (NETTO; BRAZ, 2011, p. 47).

Com o surgimento do ser social, não podemos dizer que o ser natural se extinguiu por completo da composição dos sujeitos, ou seja, biologicamente a naturalidade de homens e mulheres sempre estará presente em sua composição, mas com a socialização e a humanização dos sujeitos obteve-se uma maior relevância para conseguirem se auto satisfazerem pelo trabalho devido à atividade teleológica, a tendência a universalização dos saberes e da linguagem articulada (NETTO; BRAZ, 2011).

Segundo Netto e Braz (2011), os sujeitos ao transformarem a natureza através do trabalho, em simultâneo, estão transformando a si mesmo, passando a aumentar suas exigências e necessidades conforme as evoluções, requisitando do trabalho um acompanhamento que supra essas novas demandas. Com a evolução humana e do trabalho, novos objetivos e ideais começam a surgir na sociedade, e com isso as relações sociais também são alteradas.

Quanto mais se desenvolve o ser social, tanto mais diversificadas são as suas objetivações. Assim, no seu desenvolvimento, ele produz objetivações que, embora relacionados ao processo do trabalho, dele se afastam progressivamente – objetivações crescentemente *ideais* (isto é, no mundo das ideias), de que são exemplos as formas iniciais do *pensamento mágico*, nas quais estão contidos os vetores que, após uma evolução multimilenar, apresentar-se-ão diferenciados nas expressões do pensamento religioso, reflexão científica e filosófica e da arte (NETTO; BRAZ, 2011, p.50).

Com o desenvolvimento histórico do ser social, suas objetivações, seus ideais foram se diversificando e afastando do trabalho a intencionalidade do início, não que agora o trabalho não seja mais usado para tais fins, porém, hoje passaram-se a utilizar do trabalho para outras intenções, como a produção de riqueza para acumulação de uma determinada classe (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Netto e Braz (2011) vai chamar as novas objetivações de pensamento mágico, porque se trata do processo de humanização onde parte dele está ligado ao trabalho e seu objetivo primário, e a outra parte sobre a autonomia do sujeito em utilizar do trabalho como quiser, utilizando-o em diferentes expressões na sociedade. O desenvolvimento do ser social e sua estruturação complexa faz com que o trabalho sempre seja a objetivação primária e indispensável aos sujeitos, porém a partir das evoluções que se deram no mundo do trabalho desde os primórdios, possibilitou os

surgimentos de objetivações secundárias. Percebem-se então que esse processo de humanização é totalmente intrínseco ao trabalho e a construção do ser social, onde “o trabalho é constitutivo do ser social, mas o ser social não se reduz ou esgota no trabalho. Quanto mais se desenvolve o ser social, mais as suas objetivações transcendem o espaço ligado *diretamente* ao trabalho” (NETTO; BRAZ, 2011, p.53).

Segundo Bottomore (1988) a práxis do ser social são as objetivações que transcendem o trabalho, que flutua no orbita dos desejos humanos, e tem o trabalho como ponto de partida para as novas subjeções.

A expressão práxis refere-se, em geral, a ação, a atividade, e, no sentido que lhe atribui Marx, à atividade livre, universal, criativa e auto-criativa, por meio do qual o homem cria (faz produto), e transforma (conforma) seu mundo humano e histórico e a si mesmo; atividade específica ao homem, que torna basicamente diferente de todos os outros seres. Nesse sentido, o homem pode ser considerado como um ser da práxis, entendida a expressão como conceito central do marxismo, e este como a “filosofia” (ou melhor, do pensamento) da “práxis” (BOTTOMORE, 1988, p.292).

Diante disto, Netto e Braz (2011) vai dizer que pela práxis do ser social conseguimos observar também a riqueza desenvolvida pela humanização da espécie, que para além do trabalho conseguiu projetar suas objetivações em um grande leque de interesses, sejam eles materiais (objetos, insumos, alimentos, etc.) ou imateriais (valores éticos e morais). A práxis do ser social então denomina o ser humano como criativo e auto produtivo, fruto de si mesmo, com tudo não é reconhecida somente por essa capacidade de produzirem alimentos, mercadorias, objetos e valores éticos. No sistema capitalista a práxis do trabalhador faz com que ele não se reconheça nos resultados gerados através de suas atividades, causando lhe um estranhamento, um não reconhecimento da sua capacidade criativa e autônoma, afastando o ser social da sua própria humanidade, porque suas novas objetivações passaram a controlá-los de forma superior, invertendo o sentido das objetivações iniciais de autossatisfação. No sentido contemporâneo do capitalismo, podemos dizer que “entre os homens e suas obras, a relação real, que é a relação entre criador e criatura, aparece invertida – a criatura passa dominar o criador” (NETTO; BRAZ, 2011, p.54).

No modo de produção capitalista que predomina no mundo, o trabalho se torna uma mercadoria útil para produção de riquezas, como também é o motivo da

contradição existente e concreta entre as classes sociais. Os meios de produção são privados aos capitalistas, o que isenta sua participação nos processos produtivos, não os colocando na condição de trabalhador, e por essa razão constitui um dos pilares que sustentam as desigualdades sociais. Os capitalistas compram a força de trabalho<sup>1</sup> de outros com os salários<sup>2</sup>, estabelecendo uma espécie de contrato social acordado “livremente”<sup>3</sup> entre ambos, com interesses antagônicos entre quem compra, o detentor do capital (dinheiro), e quem vende a força de trabalho, o que possui apenas condições físicas e mentais para elaboração das atividades produtoras, que através dos meios de produção que não lhes pertencem produzem mercadorias que serão vendidas para atender os anseios da população. A final, é o lucro das vendas que move o modo de produção capitalista, e é o mesmo que também faz com que capitalistas desenvolvam suas funções sociais, ou seja, é com o dinheiro (capital) obtido nas vendas, o lucro, que parte dele é destinado para comprar novas mercadorias, que serão transformadas e acrescidas de valores, e novamente ofertadas aos mercados para serem vendidas por preços bem mais altos (GRANEMANN, 2009).

Desta forma o sistema capitalista obtém-se uma acumulação de riquezas dentro de uma dinâmica que visa gerar lucro através de lucro, enquanto a classe trabalhadora se desdobra para conseguir viver diante das desigualdades. Os lucros das empresas burguesas estão relacionados diretamente com a extração da mais-valia, tratando-se da exploração da mão-de-obra dos trabalhadores durante o tempo do trabalho excedente<sup>4</sup>, fazendo se presente em todas as relações de trabalho capitalistas acordadas entre empregado e empregador. Com isso Bottomore (1988) nos dizer que:

<sup>1</sup> É a capacidade de realizar trabalho útil que aumenta o valor das mercadorias (BOTTOMORE, p. 156, 1988).

<sup>2</sup> É um valor definido a ser pago ao trabalhador que correspondente a uma fração de seu tempo gasto em suas atividades laborativas (BOTTOMORE, 1988).

<sup>3</sup> Os contratos de trabalhos são acordados de forma livre, mas os trabalhadores de fato não são livres, uma vez que estão à disposição da lógica capitalistas que os explora e os impossibilitam de desfrutarem de suas autonomias, não tendo outros meios de sobrevivência que não seja vender sua mão-de-obra, trabalhar. Marx chamou de dupla liberdade do trabalhador: liberdade de vender sua força de trabalho ou liberdade para morrer de fome (BOTTOMORE, 1988).

<sup>4</sup> Corresponde ao tempo que ultrapassa o necessário para a produção e a reprodução dos sujeitos. Encontra-se a disposição do capital, como também é o motivo da exploração pela extração da mais-valia que irá se transformar em lucro para o sistema capitalista. (NETTO; BRAZ, p. 118, 2011).

A extração da mais-valia é a forma específica que assume a exploração sobre o capitalismo [...] em que o excedente toma a forma de LUCRO e a exploração resulta do fato da classe trabalhadora produzir um produto líquido que pode ser vendido por mais do que ele recebe como salário. [...] O montante de mais-valia que um trabalhador produz é a diferença entre o valor que ele produz e o valor de sua força de trabalho. (BOTTOMORE, 1988, p. 227-228).

Entende-se então que mais-valia é a diferença entre o capital constante<sup>5</sup> e o capital variável<sup>6</sup>, é o valor da produção do trabalho excedente que será apropriada pelos capitalistas, para que ao final do processo sejam vendidas por valores bem acima do que foi gasto com a produção, obtendo o lucro sobre forma de capital por meio da exploração da classe trabalhadora (BOTTOMORE, 1988).

Essa divisão propõe que haja exploração de uma classe social sobre a outra, obrigando os trabalhadores a entregarem os bens produzidos à classe que detém os meios de produção, o que demonstra que o trabalho também é artefato de dominação na sociedade. Com tudo, o objetivo do trabalho no capitalismo é gerar lucros e riquezas para a classe social dominante, enquanto trabalhadores são excluídos da socialização das riquezas produzidas, construindo uma sociedade cada vez mais dividida e desigual, processo este que não está fundamentado somente no trabalho como também na reprodução social. (ABEPSS, 1999).

Segundo Cardoso (1995), a partir dos estudos feitos das obras de Florestan Fernandes, o capitalismo brasileiro é periférico e dependente de países considerados grandes potências econômicas, por razões históricas, sociais e econômicas desde sua invasão pelos portugueses que sacrificaram e escravizaram indígenas e negros, característica essa que propicia uma superexploração da classe trabalhadora elevando o grau de domínio e concentração do poder nas mãos da hegemonia burguesa.

<sup>5</sup> Valor (dinheiro) empregado pelos capitalistas na compra de meios de produção (BOTTOMORE, 1988).

<sup>6</sup> Valor (dinheiro) empregado pelos capitalistas para pagar os trabalhadores através dos salários. É variável porque durante todo o processo de produção o que é força de trabalho se transforma em força de trabalho em ação (BOTTOMORE, 1988).

Há direção, controle, apropriação e expropriação econômica das economias dependentes pelas economias hegemônicas. A produção dependente é, pois, satelitizada, mas essa produção, sob o capitalismo, não compreende um todo socialmente homogêneo, é claro. A dominação externa se duplica na dominação interna e os setores sociais dominantes internamente super exploram e, conseqüentemente, super dominam a massa da população — população trabalhadora e população excluída — para garantir seus próprios privilégios e a partilha do excedente econômico com as burguesias das economias hegemônicas (CARDOSO, 1997, p. 3).

A ABEPSS (1999) completa dizendo que o trabalho antes era realizado com uma prévia idealização de todo o processo de produção por um único indivíduo, e que nos dias atuais para atender as necessidades e exigências da dinâmica capitalista, essa projeção mental tornou-se em grande escala por quem tem o domínio, poder e o capital. O trabalho braçal de pouco investimento mental para a reprodução das ordens vindas de cima ficou com a classe trabalhadora, tornando visível ainda mais a divisão de classes e a divisão social do trabalho. Por essas razões que o trabalho se torna alienado, já que a prioridade não é mais o atendimento das necessidades pessoais dos trabalhadores, e sim a produção de riqueza para acumulação da classe detentora dos meios de produção. Destaca-se que isso ocorre independentemente do valor do salário que lhe é pago, seja ele alto ou baixo em relação ao salário base, qualquer pessoa que venda sua mão-de-obra estará sendo submetidos à coerção, submissão, alienação e exploração das exigências de produção e reprodução do capital, recebendo somente o valor acordado referente ao trabalho socialmente necessário<sup>7</sup>.

Granemann (2009), Netto e Braz (2011) explicam que o capitalista compra a força de trabalho por um valor ordenado representando pelo salário (valor de troca), sendo que o trabalhador produzirá mercadorias (valor de uso) com valor superior ao que lhe é pago no processo de produção. O valor de uso é a valoração destinada às mercadorias a partir do processo de produção, devido à qualidade de materiais utilizados, quantidade de esforço humano ali projetada e até a capacidade de satisfazer as necessidades humanas. Já o valor de troca é representado pela

<sup>7</sup> É o tempo utilizado pelo trabalhador para a produção e reprodução de sua existência, referente ao valor do salário que recebe (NETTO; BRAZ, p. 118, 2011).

capacidade de uma mercadoria ser motivo de compra de outra mercadoria, expressando um valor bem mais alto do que a do início no final da produção.

Baseado nas obras de autores críticos aqui citados, identifica-se que o trabalho teve a sua relevância na mudança de comportamento dos seres humanos, diferenciando-o das demais espécies devido à capacidade de projetar mentalmente suas ações para autossatisfação. Diante disto, estabeleceram-se as primeiras formas de relações sociais que propiciou o surgimento das organizações sociais. Entendido como mercadoria para o modo de produção capitalista, onde se lucra através da exploração da força de trabalho com a extração da mais-valia, a classe trabalhadora nada se apropria dos bens e riquezas socialmente produzidos, havendo uma divisão social de trabalho e de classes, marcada pelas desigualdades sociais.

## **2.2 QUESTÃO SOCIAL E OS SEUS DESDOBRAMENTOS**

O sistema capitalista tem como antecedente o sistema feudal, que a partir da Revolução Industrial<sup>8</sup> nos séculos XVIII e XIX, tomou proporções aviltantes que fortaleceu as desigualdades sociais, onde as mercadorias passaram a possuir muito mais valor que a vida humana, caracterizando uma profunda e massiva precarização nas condições de vida da classe trabalhadora. A questão social e suas expressões de ordem classista, gênero, étnico-racial, cultural, religiosa e entre tantas outras, tem o seu surgimento acoplado ao sistema de acumulação do capital, sendo inerente e substancial a sua existência, pois é um dos pilares que sustentam a dinâmica predatória, acumulativa e rentável do capitalismo (BEHRING; SANTOS, 2009).

A questão social aqui discutida é entendida pelo Serviço Social como uma contradição visceral que existe entre capital e o trabalho, que se materializa no conjunto das desigualdades visíveis e vivenciadas pela população subalterna a este modelo socioeconômico. Contradição porque há uma discrepância no modo de produção capitalista, que adota cada vez mais um caráter coletivo e social do trabalho, enquanto negam a socialização das riquezas socialmente produzida com os demais agentes deste processo. Os frutos produzidos pela classe trabalhadora são

<sup>8</sup> HOBBSBAWN, Eric J. A ERA DAS REVOLUÇÕES. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A, 1977.

monopolizados e apropriados somente pela classe dominante, que agem sob o aval e interferências do Estado e dos governos, o que permite a manutenção da apropriação privada e o domínio da classe burguesa sobre o resto da população aos seus interesses socioeconômicos. É na lógica capitalista que as desigualdades se expressam em diferentes âmbitos na vida da classe trabalhadora, seja pela fome, desemprego, violência, analfabetismo, discriminação (sexo, étnico-racial, classe), falta de moradia e entre tantas outras que estamos cansados de nos deparar no dia-a-dia (IAMAMOTO, 2015).

Netto (2001) vai nos dizer de forma categórica, que as primeiras utilizações do termo questão social foram para nomear o fenômeno do pauperismo que se acentuava na Europa Ocidental durante as primeiras ondas da industrialização. Observaram-se o aprofundamento da desigualdade entre ricos e pobres de forma generalizada, relacionado diretamente com o aumento das capacidades de produção de riquezas. Constatou-se então que, o modo de produção enquanto gerava bens e riquezas capazes de satisfazer as necessidades humanas, também excluía desse desfrute a grande massa que de fato as produzia, colocando-os em níveis de desigualdades. Diferentemente do feudalismo onde a pobreza era em virtude da escassez dos meios de produção, insumos, matérias-primas e da força de trabalho humana, no modo de produção capitalista as desigualdades estão inteiramente ligadas às relações sociais e econômicas, como exploração e alienação do trabalho, meios de produções privadas, divisão de classe, dominação ideológica burguesa, apropriação das riquezas socialmente produzidas e do desmonte dos aparatos legais que serviriam para amparar aqueles que se encontrassem em situações de vulnerabilidades.

Netto (2001) e Iamamoto (2001) pontuam que a questão social a princípio foi apreendida sob uma ótica conservadora, tratando-se da disfunção do protagonismo pessoal dos sujeitos em relação às suas mazelas vivenciadas, sendo que, na verdade eram decorrentes do modo de produção capitalista e de suas contradições, e não dos fatores intrínsecos a cada indivíduo. A naturalização e a criminalização das desigualdades emergidas com o capitalismo, fizeram com que a classe dominante desenvolvesse aparatos morais e coercitivos para o seu enfrentamento, com base em ajustes da classe trabalhadora à nova dinâmica de acumulação e produção de riquezas.

As intencionalidades destas ações iam de encontro com a manutenção da estrutura do capital, sendo mais claro, com a preservação dos meios de produção a burguesia e não com propostas concretas as tais vulnerabilidades apresentadas pelos trabalhadores. Essa moralização e enquadramento da classe subalterna como resposta as expressões da questão social, continham em suas práticas o interesse em adaptar os trabalhadores à nova ordem do capital e ao seu processo de produção e reprodução de riquezas, pois eram os trabalhadores a engrenagem fundamental para a lucratividade do sistema. Ao serem ajustados, teriam poucas chances de se rebelar contra a burguesia reivindicando seus direitos e condições de trabalho mais salubres (NETTO, 2001).

A tomada de consciência da classe trabalhadora sobre o pauperismo provocou em largo período histórico múltiplas lutas e revoltas em prol de direitos relacionados ao mundo do trabalho, requisitando o seu reconhecimento como classe pelo grupo hegemônico dominante e pelo Estado. Iamamoto (2001) afirma que:

Esse reconhecimento dá origem a uma ampla esfera de direitos sociais públicos atinentes ao trabalho – consubstanciados em serviços e políticas sociais – o que, nos países centrais, expressou-se no *Welfare State*, *Estado Providência* ou *Estado Social*” (IAMAMOTO, 2001, p.17).

Netto (2001) ainda completa dizendo que a questão social se relaciona também com os desdobramentos sócio-políticos, e que se o proletariado continuasse omissivo, não teriam alcançado os direitos que conquistou. Afirma que se tivesse ocorrido a ausência de atores sociais que lutassem pelos direitos dos trabalhadores no cenário político, faria com que se perpetuasse a exploração e o domínio burguês, impossibilitando o Estado de reconhecer a questão social como uma questão política.

As relações sociais vigentes no capitalismo são explicitadas por Yazbek (2001) como um processo de inclusão e exclusão, porque, ao mesmo tempo que o trabalhador é inserido no complexo social produtivo, tendo em vista que para se reproduzir ele precisa de uma vaga no mercado de trabalho, ele é excluído da distribuição das riquezas socialmente produzidas e dos meios de produção. Essa relação social é produtora de uma gama de fatores desencadeadores de desigualdade presenciadas em circunstâncias econômicas, políticas e sociais, alcançando todas as esferas da vida do indivíduo. Iamamoto (2001) ainda explica que com o desmonte das

políticas públicas e os serviços a elas inerentes ou a falta delas, fizeram com que as desigualdades se acentuassem em grandes proporções, tornando-se mais concretas e reais as vivências das expressões da questão social pela classe trabalhadora. A autora conceitua a questão social como:

[...] conjunto das expressões das desigualdades sociais engendradas na sociedade capitalista madura, impensáveis sem a intermediação do Estado. Tem sua gênese no caráter coletivo da produção, contraposto à apropriação privada da própria atividade humana – o trabalho – das condições necessárias à sua realização, assim como de seus frutos. [...] A questão social expressa portanto *disparidades econômicas, políticas e culturais das classes sociais, mediatizadas por relações de gênero, características étnico-raciais e formações regionais* (IAMAMOTO, 2009, p.17).

Pereira (2001) vai reafirmar a ideia de Iamamoto (2011) sobre questão social e suas expressões vivenciadas pela parcela mais empobrecida da sociedade capitalista, que foram agravadas pela economia global e pela hegemonia do liberalismo de mercado, “contra os quais ainda não foi possível articular um *ethos* unificado, a partir do qual atores sociais estratégicos possam efetivamente se posicionar e impor os interesses das classes subalternas” (PEREIRA, 2001, p.53).

Durante o segundo ciclo do capitalismo<sup>9</sup>, foi implantado um pacto social entre as classes sociais através de um modelo de proteção regulado pelo Estado de cunho Keynesiano<sup>10</sup>, chamado Welfare State, que alterou o atendimento das expressões da questão social da população para a ótica da assistência, através de um conjunto de políticas públicas e sociais que garantissem a superação da questão social vivenciada pela classe trabalhadora da época. A princípio foram medidas tomadas pela burguesia europeia, que logo se estendeu para outros países adotando outros nomes, levando sempre em considerações as especificidades de cada país na sua implementação, mas, a maioria continha em sua perspectiva o princípio de diminuir a tensão existente

<sup>9</sup> NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **As crises e as contradições do capitalismo**. Economia política: uma introdução crítica. 7<sup>o</sup>.ed. São Paulo: Cortez, 2011, p. 166-173.

<sup>10</sup> Conjunto de ideias desenvolvidas por John Maynard Keynes (1883-1946) que defendia intervenção do Estado na econômica e a superação dos princípios liberais conservadores, com vista a remodelar a o mecanismo de produção e reprodução do capitalismo (BEHRING; BOSCHETTI, 2011)

entre o capital e o trabalho, com tentativas de sanar possíveis reivindicações da classe trabalhadora mediante ao desgaste provocado pelo processo de reerguer o mais rápido possível o capital, necessidade essa causada pela destruição da Segunda Guerra Mundial e a crise da bolsa de valores de Nova York (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

Diante das realidades vivenciadas pelos trabalhadores deste período, o consenso ao aderirem ao novo modelo de proteção não teve muitas dificuldades, e também não podemos tirar o mérito das lutas travadas pela classe trabalhadora que ajudou a resultar nesse conjunto de políticas sociais, porque antes o Estado minimamente socializava suas riquezas em forma de políticas públicas, pois sempre esteve visando a manutenção do poder econômico das classes dominantes (BEHRING; BOSCHETTI, 2011).

No Brasil não podemos dizer que se concretizou completamente este plano de políticas públicas regulado pelo Estado, o Welfare State encontrou barreiras que permitiu de forma muito tímida a realização do Estado de Bem-Estar Social no país. Se pensarmos que os direitos sociais foram um dos últimos a serem implantados pela população, já seria um grande motivo que diferenciasse dos países europeus, como também se lembrarmos que o Brasil foi uns dos últimos países a abolir a escravidão. São fatores sócio-históricos que legitimam negativamente o retrocesso socioeconômico brasileiro, ainda mais no que tange a direitos da população explorada (MEDEIROS, 2001).

No tempo histórico relatado, o Brasil encontrava-se em uma economia de exportação que vivia para nutrir os países colonizadores, o que reafirmava o sistema capitalismo periférico do país, marcado por um forte teor do colonialismo e o imperialismo. Tardiamente os direitos sociais foram surgindo, de forma a contemplar somente algumas classes de trabalhadores que fossem julgados importantes para o desenvolvimento econômico brasileiro, mas eram direitos contributivos e focalizados, antagônicos a universalização da assistência social do modelo europeu. Por mais que as lutas da classe trabalhadora impulsionaram a viabilização dos direitos sociais, sempre esbarraram na forte influência do patrimonialismo da classe dominante, que usou de seus artifícios para a manutenção de seus privilégios e poder sem se importar com as condições do restante da população (MEDEIROS, 2001).

Mesmo com a Constituição Federal de 1988 que assegurava alguns direitos a classe trabalhadora, o Estado continuou com uma ação tutelar, que praticamente

impossibilitava a emancipação e o protagonismo político dos atores sociais da classe trabalhadora, em busca de melhores condições de trabalho e de vida (YAZBEK, 2001).

No terceiro ciclo do capitalismo, o modelo de proteção de Bem-Estar Social foi derrubado com a introdução do neoliberalismo, mostrando a verdadeira face do capitalismo maduro e suas enraizadas e profundas desigualdades. Contavam com novos e modernos modelos de produção que alteraram a dinamicidade da vida dos trabalhadores, expondo-os as expressões da questão social antes camufladas. Com um Estado intervindo minimamente na economia, a exploração se fez presente de forma aviltante na sociedade, e o mercado passou a agir livremente nas relações de trabalho e processos de produção (ALENCAR, 2009).

As políticas sociais que antes buscavam amparar os trabalhadores sofreram uma enorme degradação e sucateamento, desta forma, o Estado começou a interferir minimamente no que tange à questão social, favorecendo a livre expansão do capital e suas estratégias de acumulação, com o pressuposto que o mercado seria capaz de resolver todos os problemas que viessem atingir a população mais empobrecida da sociedade. Viu-se um afastamento e desresponsabilização do Estado na atuação das garantias de direitos da classe trabalhadora, transferindo para o mercado e a sociedade o amparo e o acesso a bens e serviços sociais (ALENCAR, 2009).

No final do século XX o mundo do trabalho passou por grandes transformações socioeconômicas, alterando completamente as relações e modo de produção para superar a crise do petróleo dos anos 70 que assolava a economia. Os processos de produção passaram por uma grande reestruturação apostando em inovações tecnológicas e novos modelos organizacionais das forças produtivas, com o intuito de retomar a lucratividade através da intensificação da exploração da força de trabalho desregulamentada e precária. No Brasil a reestruturação do capital se acentuou massivamente sob a forma de modelos organizacionais dos processos produtivos, que resultou em uma profunda degradação, flexibilização, fragmentação e aumento da jornada de trabalho. Os movimentos de luta da classe trabalhadora também foram afetados, diminuindo suas capacidades de organização com o esvaziamento do teor político nas empresas, devido à grande rotatividade de trabalhadores e a nova ideologia empresarial, o que propiciou o aprofundando das expressões da questão social na cena contemporânea (MOTA e AMARAL, 1998).

Vale salientar que segundo Pereira (2001), as máquinas de controles numéricos e os robôs, mesmo não sendo a característica mais predominante da

reestruturação produtiva brasileira, alteraram muito a dinâmica socioeconômica da atualidade, fazendo-se presente no cotidiano das pessoas não somente nos processos de produções automatizadas, mas também em todas as esferas da vida social, seja em aplicativos de transporte urbano, de entregas de alimentos, remédios e na contratação de profissionais autônomos. Nesses recursos que as plataformas digitais oferecem é possível obter informações das habilidades dos profissionais e das avaliações realizadas por outros contratantes, exigindo um maior aperfeiçoamento e disponibilidade dos trabalhadores a qualquer hora do dia para possíveis solicitações digitais dos serviços oferecidos. Esses novos modelos de emprego não possuem regulamentações legais, o que favorece a exploração e a precarização das condições de trabalho orquestrado por um discurso do empreendedorismo e da autonomia do trabalhador.

Iamamoto (2001) elenca 4 pontos determinantes da nova lógica de acumulação flexível do capital e a produção da questão social: 1) Abertura da economia de forma brusca e os acordos fechados com o FMI – Fundo Monetário Internacional, e suas exigências a pagamentos da dívida externa e interna sobre altas taxas de juros, gerando uma escassez de investimentos em gastos sociais. 2) Surgimento do novo modelo de produção toyotista potencializado por ciências tecnológicas, que reduziram postos de trabalhos e proporcionaram novos modelos organizacionais que requisitaram trabalhadores dinâmicos e polivalentes sem vínculos diretos com as empresas, formando uma grande massa de trabalhadores precarizados e com poucas capacidades de embate político. 3) Um Estado voltado mais para o capital do que para a esfera social, sucateando as políticas públicas e os serviços provenientes a elas, com intuito de reduzir gastos para atender os interesses econômicos e políticos do mercado nacional e internacional. 4) A regulação do mercado no que tange a questão social, recorrendo ao apelo solidário e a ajuda mútua da sociedade civil em ações de bem-estar. A mercantilização de políticas públicas também se faz presente nesse contexto, sendo responsáveis pela venda de serviços pelo setor privado.

Na cena contemporânea a empreitada neoliberal e a iniciativa de erguer o capital faz com que a questão social se torna mais visível e constitutiva na vida da classe trabalhadora devido aos fatores elencados. Yazbek (2001) completa dizendo que:

A violência da pobreza é parte de nossa experiência diária. Os impactos destrutivos das transformações em andamento no capitalismo contemporâneo vão deixando suas marcas sobre a população empobrecida: o aviltamento do trabalho, o desemprego, os empregados de modo precário e intermitente, os que se tornaram não empregáveis e supérfluos, a debilidade da sua saúde, o desconforto da moradia precária e insalubre, a alimentação insuficiente, a fome, a fadiga, a ignorância, a resignação, a revolta, a tensão e o medo são sinais que muitas vezes anunciam os limites da condição de vida dos excluídos e subalternizados pela sociedade ( YAZBEK, 2009, p.35).

Diante da lógica do capital que visa baixos custos, direitos sonegados, diminuição dos postos de trabalhos, fragmentação e flexibilização nos processos produtivos e requisição de mão-de-obra qualificada, se faz crescente uma massa de trabalhadores que não conseguem se inserir no mercado de trabalho, constituindo uma população sobrando de mão-de-obra barata e descartável, que vivenciam a pobreza severa. Trata-se do exército industrial de reserva<sup>11</sup> de trabalhadores gerada devido à concorrência de um emprego e as desigualdades de oportunidades entre eles, fazendo com que os desempregados fiquem sujeitos a aceitar os trabalhos precarizados, instáveis e intermitente, os biscates, entre outras formas sociais de se manterem, sem muitas exigências, pois se encontram desesperado pelo sustento mesmo que insuficiente. São trabalhadores que em sua maioria conhecemos a cor da pele e a sua origem (negros e pobres), devido a um contexto histórico da formação da sociedade brasileira. (YAZBEK, 2001).

Com o surgimento de tantas manifestações das desigualdades na cena atual do capitalismo moderno, há quem diga que estamos vivenciando uma nova questão social. Pereira (2001), Montaño (2002) e Netto (2001) defendem que estamos diante da mesma questão social, o que há que de novo são os mecanismos e trâmites para continuar com a exploração da classe trabalhadora, o que resulta em expressões da questão social antes não reveladas. lamamoto (2001) ainda acrescenta ao debate dizendo que:

<sup>11</sup> Termo marxista que denomina a parcela de trabalhadores sobrando, ou seja, de forças produtivas que ultrapassaram as necessidades da produção do sistema capitalista. Necessários para impedir as reivindicações da classe trabalhadora e para a diminuição dos salários oferecidos (BOTTOMORE, 1988).

[...] a velha questão social metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o sustentam” (IAMAMOTO, 2001, p.21).

A diferença é que durante os anos da atuação do Welfare State, o Estado era dirigente e responsável pela qualidade das ações que prestavam assistência social para a população de forma universal, onde conseguiam manter a tensão da contradição entre o capital e o trabalho amena, com políticas públicas que amparavam quem delas precisasse. Hoje com surgimento das “novas manifestações da velha questão social” (MONTAÑO, 2002, p.54) temos um Estado que se ausenta de suas responsabilidades em atendê-las, ficando somente com uma pequena parcela desse compromisso, transferindo as outras para o terceiro setor e setores privados, que em sua maioria ofertam ações de forma focalizadas<sup>12</sup> e fragmentadas<sup>13</sup>, sem conteúdo político e sem pretensão nenhuma de resolutividade das vulnerabilidades sociais vivenciadas pelos indivíduos. Essas ações são algumas das estratégias neoliberal para fazer com que a população não reconheça mais as políticas e programas públicos na órbita do direito e como dever do Estado, ou suficientes e capazes (MONTAÑO, 2002).

Iamamoto brilhantemente nos diz que questão social “sendo desigualdades também é rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a elas resistem e se opõe” (IAMAMOTO, 2015, p.28). É Dentro deste contexto que se materializa a ação profissional do serviço social, que na contemporaneidade requisita pressupostos distantes de reflexões conservadoras, fatalistas e messiânicas, compreendendo a nova dinâmica do modelo de produção e reprodução do capitalismo, e seus resultados aviltantes na vida da classe trabalhadora.

### **2.3 CLASSE, CONSCIÊNCIA E LUTA DE CLASSES**

<sup>12</sup> São políticas públicas que priorizam, que focam somente em determinados grupos sociais que se encontra em situação de vulnerabilidade (ALENCAR, 2009)

<sup>13</sup> É o atendimento cada vez mais reduzido, fragmentado a uma pequena parcela da população, perdendo a amplitude nos atendimentos em busca de uma totalidade social. (ALENCAR, 2009).

Seria impossível discorrer sobre a luta de classes sem pontuar de que classes estamos falando, e pelas quais motivações os enfrentamentos se materializam na sociedade capitalista, seja na dimensão política, econômica, social e ideológica. Com uma sociedade heterogênea, conseguimos identificar classes que se relacionam entre si, bem como identificar o lugar de cada uma no modo de produção capitalista e a sua função social, que de forma diferenciada nos revela as desigualdades e potencialidades de cada sujeito no cotidiano das relações sociais.

A estratificação social sempre esteve presente em todo percurso histórico nas formações das sociedades, e nos leva a agrupar pessoas com bases econômicas (riqueza), políticas ou religiosas (poder) e funcionais (funções sociais) (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Diferentemente das castas<sup>14</sup> e estamentos<sup>15</sup> a classe é um modelo de divisão pertencente ao modo de produção capitalista, e está relacionado à dimensão econômica, ou seja, o papel social desempenhado no processo produtivo e sua posição ao mercado, separando ricos e pobres na construção de uma escala social que evidencia as desigualdades na distribuição dos bens socialmente produzidos de forma coletiva. No entanto, não podemos deixar de considerar outras dimensões sociais que consubstanciam essa divisão, pautados em fatores hereditários, étnico-raciais, religiosos, culturais, gênero e entre tantos outros que propiciam a segregação social. Por exemplo, em geral, para uma pessoa pobre conseguir uma ascensão social e econômica, há muitas dificuldades, ainda mais se ela for negra, periférica ou mulher, é sabido que ao nascer as desigualdades sociais presentes em sua realidade não propiciarão muitas perspectivas de crescimento. Agora se pensarmos em classes sociais dominantes e ricas, que para as mesmas chegarem em uma situação de pobreza, somente por uma fatalidade, mesmo assim seria difícil pois, a sua fortuna é estável, passando por várias gerações acompanhadas de privilégios sociais envoltos de individualismos, ganância e preconceitos com o resto da população reconhecidos por estes como inferiores (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

<sup>14</sup> Castas que são modelos de divisões sociais muito comuns nos países de religião Hindu, não há mobilidade dos sujeitos entre as camadas sociais, construindo grupos fechados, com forte caráter hereditário, religioso, cultural, valores e étnico-raciais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

<sup>15</sup> Estamentos são modelos feudais da Idade Média onde as pessoas eram agrupadas socialmente levando em consideração a posses de privilégios e poderes, afirmando uma desigualdade entre as elas no que tange a leis, direitos e deveres, com pouca locomoção entre as camadas sociais, ocorrendo somente em casos excepcionais (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Segundo Bottomore (1988) o conceito de Marx sobre classe é diverso e incompleto, não havendo um estudo mais sistematizado sobre ele, apresentando diferenças em vários textos escritos. Porém, de forma categórica Marx assenta sua fundamentação na divisão de classe social no modo de produção capitalista, ou seja, na divisão social do trabalho entre proletariado e burguesia. São estas duas as classes fundamentais do modo de produção capitalista, que ao desempenhar seus papéis sociais acabam por expressar seus interesses antagônicos, carregados intrinsecamente de elementos sociais, econômicos e históricos que compensam suas posições no modo de reprodução social. Em relação aos papéis sociais desenvolvidos pelos sujeitos, o autor nos convida a refletir sobre alguns fatores que são relevantes ao pensarmos em pertencimento de classe: o tipo de propriedade que o sujeito possui e compõe o processo produtivo, as relações socioeconômicas desenvolvidas na sociedade e as formas de enfrentamento e de lutas que emergem conforme os seus interesses e objetivos. São estas as questões que podem direcionar uma autorreflexão e desenvolvimento da consciência de classe ao pensarmos quem somos na dinâmica capitalista.

Montaño e Duriguetto (2011) discorrem em seu livro sobre a polarização das classes sociais que nada mais é do que a aproximação das demais em volta das classes fundamentais, formando um leque de classes em um mesmo polo, sendo o proletariado o maior polo segmentado. Os autores também discorrem sobre a tendência à proletarização da classe média, ideia de Marx que tornou motivo de vários questionamentos, principalmente pelo fato desta classe possuírem maior poder de consumo comparado com a classe trabalhadora, se esquecendo que também são assalariados e frutos da subordinação da ordem do capital, ou melhor, também precisam vender sua força de trabalho ao sistema capitalista.

Se fizermos um recorte para os dias atuais, ainda há a negação da classe média com a classe trabalhadora, porque a mesma não deseja ser atrelada à massa mais pobre e deficitária de possibilidades econômicas, políticas, culturais e sociais, o que lhes aproxima da alta classe burguesa. Esta aproximação é por conta própria, porque a própria burguesia também os repulsa pelos mesmos motivos que os fazem repelir a comparação ao proletariado, usando-os somente para o que lhes convém, deixando-os brincar de sonhar de ser burguês, embriagados em sua soberba útil.

Frederico (2009) também confirma a existência de oposição a proletarização da classe média por vários autores que afirma a concretude desta classe e sua

existência real na sociedade capitalista, na tentativa de legitimá-la como intermediária e importante para a dinâmica social, buscando sua desproletarização. O que ocorre de fato é que classe média não se reconhecerem como proletariado devido as rasas vivências das expressões da questão social em suas vidas, ignorando o princípio fundante da divisão de classe social capitalista. Com isso a classe média consubstancia a distância do sonho de uma revolução social, porque quando não se reconhecem como classe subalterna não aderem às lutas de classe e ao enfrentamento a ideologia dominante, pelo simples fato de se considerarem burgueses, o que é claro, equivocadamente.

Segundo Montañó e Duriguetto (2011), para Weber a divisão de classe está ligada à capacidade de possuir ou não propriedades, que no capitalismo acaba por dividir a população entre proprietários (de capital e meios de produção) e não-proprietários (possuidores somente da sua força de trabalho), colocando-os em diferenciação quanto ao poder de consumo e ao acesso ao mercado, classificando-os em ricos e pobres, classe média, alta ou baixa. Sobre outro fator além da riqueza e do prestígio ao consumo de forma abrangente, os autores vão dizer que Weber também relata a dimensão política que divide a sociedade no que tange à tomada de decisões para o bem geral, tornando a classe dominante responsável por arquitetar e decidir o melhor para a população, excluindo a participação de outros grupos sociais nesse processo democrático de forma minuciosa e intencional. No entanto, a concepção weberiana nos leva a pensar em um senso comum muito disseminado na sociedade, de que a divisão de classe está somente relacionada à capacidade de consumo. À primeira vista esse entendimento pode até parecer inofensivo, porém descarta a complexidade da divisão de classe. Sobre isso, Montañó e Duriguetto (2011) nos diz que:

[...] não é na esfera do mercado, mas no âmbito da produção que se determina originalmente as classes; não é pela capacidade de consumo, mas pela função na produção que os indivíduos passam a pertencer a uma classe social; não é pelo tipo de renda que recebem, mas pelo papel social na produção de riquezas. Ou seja, o tipo e o volume da renda, a capacidade de consumo, o acesso ao mercado, são os elementos *determinados* das classes, o lugar e o papel na esfera produtiva, são os aspectos *determinantes*; sua função na produção de riqueza é a causa, sua participação no mercado a consequência (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p. 86).

A renda e o poder de consumo, portanto, são tratados somente como consequência da posição do sujeito dentro do processo produtivo, não sendo o bastante para definir sua classe.

É sobre as classes fundamentais e antagônicas inscritas no processo produtivo, e nas relações de produção que encontramos um embate devido as contradições que os cercam, possibilitando o surgimento e o desenvolvimento da consciência de classe dos sujeitos. Essa tomada de consciência dos sujeitos sobre as suas subjetividades se faz necessário, ainda mais para a classe trabalhadora, possibilitando a formulação de estratégias de enfrentamento em busca de mudanças, se contrapondo a ordem perversa do capital e sua hegemonia.

O isolamento pessoal, o individualismo, a falta de solidariedade e a concorrência entre os trabalhadores, esvaziam as possibilidades de se identificarem como sujeitos de uma mesma classe que são acometidos pelos mesmos problemas de ordem social, econômica e política. Essa são uma das características do capitalismo, que pretende anular a capacidade política dos trabalhadores fazendo-os acreditar que suas mazelas no mundo do trabalho são naturais, aniquilando qualquer forma de enfrentamento e combate às ordens opressoras de exploração do capital, para que possam ser usados como massa de manobra útil para o processo de acumulação capitalista (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, FREDERICO, 2009).

Bottomore (1988) vai dizer que a consciência de classe tem o seu surgimento com as lutas de classe travadas entre as classes antagônicas, por isso que é de suma importância o reconhecimento dos sujeitos sobre a sua classe social, para que possam compreender sua própria realidade, suas subjetividades e o lugar que ocupam no processo produtivo do sistema capitalista. Diante deste pertencimento, é possível ver a elaboração de lutas com maior teor político no seu interior. Bottomore (1988) nos explica sobre esse reconhecimento:

Marx estabeleceu, desde o início, uma distinção entre a situação objetiva de uma classe e a consciência subjetiva dessa situação, isto é, entre a condição de classe e a consciência de classe (BOTTOMORE, 1988, p.76)

Por muitas vezes essa tomada de consciência é aniquilada pela disseminação da hegemonia burguesa, que faz acreditar que a realidade vivenciada pela população está ligada a particularidades de cada sujeito, naturalizando a desigualdade, remetendo a divisão de classes por estamentos, a predestinação de cada um e a meritocracia.

Segundo Bottomore (1988) a consciência de classe chega ao proletariado através de um processo exógeno, com o auxílio de intelectuais que detêm o conhecimento e observam de fora todo o processo produtivo, a sociedade capitalista e sua complexidade, produzindo provocações que levam as reflexões sobre a dinâmica social estabelecida. Essa consciência produzida pelos intelectuais a partir da teoria marxista deve ser apropriada pelo proletariado, e não pela burguesia. Sobre a consciência de classe vinda de dentro da classe trabalhadora, o autor a partir das ideias de Lênin, relata que a consciência endógena só poderia surgir de forma sindical, após reflexões sobre as necessidades internas econômicas e sociais vivenciadas pelos trabalhadores a partir de suas inquietações.

No entanto, Borges (1999) argumenta que, em geral, os sindicatos foram corrompidos pela lógica do capital na cena contemporânea, revelando uma aproximação entre as práticas sindicais, as intenções empresariais e as políticas do governo.

Acreditamos que o sindicalismo proposto pela nova central imprimiu uma dinâmica de adesão ao capitalismo, nas lutas travadas pelos sindicatos em geral. A CUT tem mostrado uma debilidade de resistência que provém de forças conciliadoras, as quais sempre existiram em seu interior. Contudo, se antes as disputas internas favoreciam as tendências que imprimiam um caráter classista ao perfil da central, hoje, a corrente que se tornou majoritária dificulta um embate mais incisivo contra a Força Sindical e, assim, aos princípios do capitalismo neoliberal defendidos por ela (BORGES, 1999, p 80).

Claro que não podemos generalizar, pois, há no interior de suas organizações sindicais movimentos que não compactuam com essa lógica de um capitalismo humanizado, apresentando formas mais ampliadas e direcionadas para o combate ao sistema capitalista.

Montaño e Duriguetto (2011), Bottomore (1988) e Frederico (2009), baseados na teoria marxista, afirmam que “classe em si” e “classe para si” são duas dimensões de classe que não devem ser entendidas como um antes e depois em um processo

de tomada de consciência, elas devem coexistir para que seja possível compreender suas determinações enquanto classe no processo produtivo e do sistema socioeconômico. O que os autores querem dizer é que os sujeitos ao se entenderem como participantes do mundo do trabalho devido a suas posições funcionais e suas realidades postas como classe, reconhecendo seu papel social e suas subjetividades, passam a se identificar como um grupo com características semelhantes, configurando o reconhecimento como “classe em si”. E quando essa mesma classe começa a questionar seus interesses e se coloca em oposição aos seus opressores, a partir de uma consciência elaborada diante do seu protagonismo social, se caracteriza a “classe para si”, sugerindo uma consciência que irá compor as lutas de classe. Sobre isso, afirmam Montañó e Duriguetto (2011):

O tratamento de consciência de classe, separado da própria questão da classe e das lutas de classe, só tem sentido a efeito analíticos. Classe, consciência e lutas de classe são três dimensões de um mesmo processo (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011, p98).

A quebra da cultura hegemônica dominante (o senso comum) é o que fará com que a classe subalterna consiga enxergar sua realidade e traçar embates não só econômicos, mas também políticos, sociais e culturais. Semionatto (2009), baseado em Gramsci, diz que o Estado é uma completa personificação da classe dominante, e radicalmente usa de estratégias para disseminação de ideologias.

[...] a partir do Estado burguês, novas concepções de Direito, Política, Economia, Educação e, conseqüentemente, de Ética, estabelecendo uma unidade não apenas no plano jurídico-formal, mas ideologicamente projetada para toda a sociedade” (SEMIONATTO, 2009, p. 42).

Dentro desta lógica, a classe dominante usa de seus privilégios e consegue causar um estado de conformismo entre os trabalhadores sobre suas precárias condições de vida, isso tende a diminuir as capacidades de organizações de lutas, mais ainda, da emergência de uma contracultura hegemônica, o que nos levar a pensar que sair do imediatismo, do senso comum, requer pensar nas lutas de classes.

É preciso traçar reflexões críticas no plano político e intelectual para que se entenda todo o processo histórico das formações das classes sociais. É somente com a construção de um novo modo de pensar e agir, de uma nova cultura através da cooptação de conhecimentos em diversos âmbitos da sociedade, que será possível redigir críticas coerentes que rompam as amarras da ideologia dominante que se faz presente em grande parcela da população, e assim provocar uma transformação social (SEMIONATTO, 2009).

A exploração da classe trabalhadora é o que impulsiona o capitalismo, e sem ela não há a possibilidade de existir o mesmo, e quando as lutas de classe entram em cena, novas estratégias são formuladas pelo capital para a compensação dos descontentamentos da classe subalterna, desse jeito, as lutas de classes se renovam a cada estruturação do sistema. É inegável que o trabalho não tenha sua centralidade nas lutas de classes, até porque sua origem está vinculada aos movimentos dos operários, porém, novos movimentos organizados por outros atores sociais entram em cena na defesa de direitos além dos trabalhistas, caracterizando uma complexa e ramificada consciência de classe dos sujeitos sobre suas realidades vivenciadas no plano social devido à contradição do capital. O que não se pode perder é a capacidade de desenvolver a percepção de onde vem esses novos sujeitos, e em qual posição que se encontram na tessitura do modo de produção e na sociedade, porque desenvolver novas formas de lutas a partir dos movimentos sociais não exclui esses sujeitos das expressões da questão social enfrentadas pela classe subalterna, oprimida e injustiçada (BRAZ, 2012).

Diante disto, as lutas de classe e as lutas sociais se complementam enquanto que se distinguem, quando pensamos na sua formulação para o enfrentamento e os sujeitos que as compõem, sem ignorar o mecanismo do capital na produção da questão social e suas expressões que acomete a população, ambas estão desenvolvendo maneiras de transformação da realidade. A luta de classe tem a intencionalidade de superar a ordem vigente em busca do fim das desigualdades sociais, políticas e econômicas, singularizada por ser uma luta consistente e abrangente que precisa de um longo prazo para a sua concretização, necessitando de muito conhecimento específico, consciência de classe e formas de organização em relação às subjetividades postas pelos sujeitos diante das relações de exploração e alienação pelo capital. Delas surgem as lutas sociais, que busca no imediatismo seus objetivos de fácil obtenção, não sendo menos importante que a outra, são lutas que

buscam a igualdade de gênero, igualdade étnico-racial, liberdade de expressão religiosa e sexual, educação, saúde, meio ambiente entre outras tantas, podendo ser expressas até na luta para construção de uma área de lazer ou na reforma de uma creche. Elas se associam porque estão fundadas na divisão de classe, na subordinação de uma classe pela outra, por isso essa complementariedade entre ambas, mas cada uma com suas especificidades importantes, ambas trazem em seu amago, mesmo existindo organizações com muita e outras com pouca consciência de classe e estratégias de embates políticos, a tão sonhada emancipação humana (MONTAÑO; DURIGUETTO, 2011).

Desta forma, é preciso lutar por conquistas reais e efetivas capazes de eliminar a subordinação ao Estado burguês, local de concentração da classe dominante. Persistir na luta por uma sociedade igual, justa e empática se faz mais que necessário, é um dever.

### **3 A TECNOLOGIA A FAVOR DO CAPITAL**

Até a década de 70, o sistema capitalista vivenciava o que ficou conhecido como Anos Dourados, marcados pelo crescimento econômico vertical dos países considerados potências econômicas mundiais. Porém, logo no início desta mesma década, com a crise do petróleo de 1973, onde os barris inflacionaram abruptamente somado à queda dos padrões de produção fordista/taylorista e suas baixas taxas de lucros, se viu a urgência de retomar aos padrões de acumulação e reorganizar os processos e os ciclos produtivos da economia. Essas ações representaram grandes transformações no mundo do trabalho e na dinâmica socioeconômica, além de reafirmar a dominação societária pela classe burguesa (MOTA; AMARAL, 1998).

O aprofundamento das precarizações das condições de trabalho aglutinado aos avanços tecnológicos, favoreceu a descaracterização central do trabalho a favor da economia global. Na era digital contemporânea o que podemos observar é um aumento significativo dos trabalhadores dos setores de serviços via plataformas digitais, que desenvolvem atividades sem quaisquer regulamentações, e sofrem com o desamparo dos direitos trabalhistas, as inseguranças do trabalho e o fortalecimento das expressões da questão social devido os trabalhos precarizados. O que veremos são modos de exploração aos moldes mais primitivos e perversos, sustentado pela ideologia do empreendedorismo e a falsa impressão da autonomia financeira (ANTUNES, 2018).

#### **3.1 REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA E O SETOR DE SERVIÇOS**

A reestruturação produtiva começa a se materializar na segunda metade do século XX no Japão, pelas indústrias automobilísticas da Toyota, o que acabou nomeando esse novo modelo de produção. Tratava-se da globalização e financeirização do mercado com a introdução de avanços tecnológicos (informatização, maquinários, microeletrônica e automação) e de novos modelos organizacionais do processo de produção, que resultaram na flexibilização e na “precarização do trabalho, dos salários e do sistema de proteção social” (MOTA;

AMARAL, 1998, p. 30), e em troca significativa do trabalho humano vivo pelo trabalho morto das máquinas, causando um desemprego estrutural. A retirada do teor político da classe trabalhadora também se configurava como estratégia do capital para se reerguer, pois, assim diminuía as capacidades de reivindicações contra a classe burguesa (MOTA; AMARAL, 1998).

Segundo Mota e Amaral (1998) surgia então um novo trabalhador assimilado à ideologia dominante pregado dentro das fábricas e empresas, que estimulava a livre concorrência e o individualismo entre os empregados, aniquilando o espírito de solidariedade, coletividade, união e de consciência de classe, podendo ser explicado pela substituição da ideia de trabalhadores por colaboradores, como se também fossem donos das grandes corporações empresariais. Essas mudanças determinaram “novas formas de domínio do capital sobre o trabalho, realizando uma verdadeira reforma intelectual e moral, visando à construção de outra cultura do trabalho e de uma nova racionalidade política e ética” (MOTA; AMARAL, 1998, p. 29). Antunes (2009) ainda completa dizendo que:

Essas transformações, decorrentes da própria concorrência intercapitalistas (num momento de crises e disputas intensificadas entre os grandes grupos transnacionais e monopolistas) e, por outro lado, da própria necessidade de controlar as lutas sociais oriundas do trabalho acabaram por suscitar a resposta à sua crise estrutural (ANTUNES, 2009, p.49).

Com as transformações em curso, a ideia do trabalhador que desempenhava funções parceladas, fragmentadas e repetitivas, controlados por cronômetros, que pouco conhecia sobre a linha de produção, foi substituída por trabalhadores polivalentes, flexíveis, terceirizados, dinâmicos e qualificados que participavam agora da gestão das fábricas e das empresas. Outra mudança significativa com a chegada da reestruturação produtiva foi o modo de produção toyotista, que visava atender as demandas do mercado consumidor com mercadorias diversificadas, eliminando o desperdício e possíveis perdas com a estocagem (MOTA; AMARAL, 1998).

Com a introdução do neoliberalismo, o Estado passou a ter uma intervenção mínima no que tange sua regulação sobre a economia e a vida social, o que proporcionou maior autonomia aos capitalistas, “deixando os grandes grupos multinacionais atuarem livremente nos mercados internacionais, segundo as suas

próprias regras e regulamentos” (MELO; ALMEIDA; MATTOS, 1998, p.198). Desta forma houve-se um distanciamento do Estado nas provisões das políticas públicas e sociais, ocasionando a refilantropização<sup>16</sup> e a remercantilização<sup>17</sup> do atendimento às demandas da população. Paralelamente ocorria o sucateamento da seguridade social e as contrarreformas<sup>18</sup>, consonantes ao afastamento do poder público e a entrada do mercado e o terceiro setor como resposta eficaz para as mazelas sociais, transferindo a responsabilidade para a sociedade civil em uma lógica de ajuda mútua, culpabilizando a população pelo aprofundamento das expressões da questão social. (MOTA, AMARAL, 1998 e ANTUNES, 2009).

Se tratando de reestruturação produtiva, é impossível não apontar que a terceirização provocou grandes mudanças no mundo do trabalho por sua relevância na organização dos processos produtivos, como uma das estratégias do capital. A terceirização não se trata de um processo novo, porém, para atender a lógica de acumulação fomentada pela reestruturação produtiva, ganhou maior espaço no mercado de trabalho e uma nova roupagem através da transferência focalizada das atividades e serviços de uma empresa a outra, atendendo por completo ou somente algumas etapas da produção com a contratação de trabalhadores para desempenhar serviços na empresa matriz (MELO; ALMEIDA; MATTOS, 1998). Um dos motivos para tal feito segundo Melo, Almeida e Mattos (1998) foi a “perda de competitividade no mercado interno e externo, a baixa eficiência e a redução da rentabilidade industrial” (MELO; ALMEIDA; MATTOS, 1998, p. 96), o que levou as empresas a repensarem seus processos produtivos, principalmente no que diz respeito à lucratividade, à concorrência, aos baixos custos na produção e ao atendimento às normas de qualidade.

<sup>16</sup> São ações fragmentas e focalizadas distantes da perspectiva do direito, desenvolvidas pelo terceiro setor (ONG's), entidades filantrópicas, fundações empresariais e organizações civis) que visam atender as expressões da questão social na lógica da ajuda, da benesse e da autonomia da resolutividade da sociedade por ela mesmo no que tange as vulnerabilidades sociais, devido o afastamento intencional do Estado em provê-las (ALENCAR, 2009).

<sup>17</sup> É a transferência da oferta de políticas públicas para o setor privado, com base na comercialização. Com a desresponsabilização do Estado, o mercado passou a lucrar na venda destes serviços, alegando que o Estado não é capaz de atender as necessidades da população, no que tange a qualidade dos serviços prestados (ALENCAR, 2009).

<sup>18</sup> A palavra reforma, historicamente vinculada às lutas das classes subalternas e à perspectiva de ampliação de direitos, foi capitaneada pela ideologia neoliberal para justificar o combate à presença e às dimensões democráticas do Estado, resultando num processo de contrarreformas, cujo objetivo central consiste em reduzir e eliminar os direitos conquistados historicamente pela classe trabalhadora (SEMIONATO; LUSA, 2011).

Uma pesquisa realizada pelo DIEESE–Departamento Intersindical de Estatística e Estudo Socioeconômico (2017), mostrou que funcionários terceirizados recebem menos que os funcionários que são diretamente contratados, mesmo desempenhando as mesmas funções. Possuem tempo a mais em suas jornadas de trabalho, sofrem mais acidentes de trabalhos e permanecem empregados por menos da metade do tempo em relação aos trabalhadores contratados pela empresa matriz, o que constitui uma total precarização nas relações de trabalhos. Portanto se trabalha mais, recebe-se menos e o risco de demissão ou saída é bem maior.

Diante disto, Antunes (2018) vai dizer que nessas últimas décadas ocorreram a diminuição dos postos de trabalhos formais e regulamentados em relação ao aumento das novas modalidades de trabalho precarizados, intermitentes e informais, realidades evidenciadas com o aumento crescente de trabalhadores desempregados em relação a diminuição de ofertas de empregos. Segundo dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística com base na PNAD - Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua, a taxa de desempregados no segundo semestre de 2020 chegou a marca de 12,8 milhões de pessoas, e “aqueles que se mantêm empregados presenciam a corrosão dos direitos sociais e erosão de suas conquistas históricas” (ANTUNES, 2018, p. 25). Manzano e Krein (2020) ainda ressalta que:

[...] a crise de econômica impulsionada pela política de austeridade e as reformas de orientação liberal que se seguiram (a lei do Teto de Gastos de dezembro de 2016, a Reforma trabalhista de novembro de 2017 e a Reforma da Previdência de novembro de 2019), o desemprego dobrou e permaneceu em patamar superior aos 11%, a subutilização da força de trabalho alcançou  $\frac{1}{4}$  da população ativa e houve uma proliferação do número de trabalhadores em ocupações precárias, bem como o aumento da exploração do trabalho (Manzano; Krein, 2020).

Com o aumento do desemprego, da informalidade somada as fragilidades nos vínculos empregatícios, propiciou-se a formação de um novo modelo de proletariado: os trabalhadores do setor de serviços, sobre essa lógica, Antunes (2018) ainda afirma dizendo que:

[...] o capitalismo atual apresenta um processo multiforme, no qual informalidade, precarização, materialidade e imaterialidade se tornaram mecanismos vitais, tanto para a preservação quanto para a ampliação da lei do valor. A enorme expansão do setor de serviços e dos denominados trabalhos imateriais que se subordinam à forma-mercadoria confirma essa hipótese, dado seu papel de destaque no capitalismo contemporâneo (ANTUNES, p. 33, 2018)

Costa (1998) vai complementar sobre essa nova modalidade de trabalho afirmando que:

[...] o processo de incorporação das atividades de serviço à forma capitalista de produção põe em evidência um acelerado processo de expansão e diversificação do setor de serviços. Esta expansão dos serviços, ao mesmo tempo que imprime novas características ao trabalho, também expressa a dinâmica da atual recomposição do capital que modifica demarcações tradicionalmente reconhecidas entre os setores industriais, financeiros, comerciais e de serviços. [...] as atividades de serviços passam a ser parte da dinâmica de acumulação, vindo a se configurar como uma das questões que assume relevância no conjunto das recentes transformações societárias, aí incluídos o processo de reestruturação produtivas e a globalização da econômica (COSTA, p.98, 1998).

Destaca-se, portanto, a explosão do setor de serviços desde as últimas décadas do século XX, o que tem elevado significativamente o crescimento econômico do setor terciário<sup>19</sup>. Sua relevância está intrínseca ao crescimento e a intensificação da industrialização a partir da década de 70, com a expansão da urbanização nas grandes metrópoles, o que demandou o aumento de trabalhadores prestadores de serviços (PENA, 2020).

O setor de serviços é caracterizado por desenvolverem atividades abstratas, sendo o seu valor útil a mercadoria comercializada na dinâmica capitalista. Antunes (2018) nos elucida que:

O sentido do trabalho que estrutura o capital (o trabalho abstrato) é desestruturante para a humanidade, enquanto seu polo oposto, o trabalho que tem sentidoestruturante para a humanidade (o trabalho concreto que cria

<sup>19</sup> O setor terciário é a área da economia que integra as atividades do comércio e da prestação de serviços (PENA, 2020).

bens socialmente úteis), torna-se potencialmente desestruturante para o capital. Aqui reside a dialética espetacular do trabalho, que muitos de seus críticos foram incapazes de compreender. (ANTUNES, 2018, p. 26).

São atividades que complementam a acumulação do capital, aumentando os níveis de produção e eficiência do trabalho produtivo, e tem se mostrado como uma nova fonte de exploração da mais-valia por estar na maioria das vezes no plano da informalidade e fora dos parâmetros legais. Para os que estão no desalento do desemprego, as atividades do setor de serviços conseguem dar um mínimo de sociabilidade aos trabalhadores ao pensarmos na centralidade que o trabalho tem na nossa sociedade, mesmo sendo trabalhos tão depauperados e precarizados (ANTUNES, 2018).

### **3.2 UBERIZAÇÃO DO TRABALHO E A EXPLORAÇÃO DIGITAL**

A partir da reestruturação do capital para novas formas de acumulação, a morfologia do trabalho sofreu significativas mudanças para se enquadrar nos novos padrões capitalistas de exploração da mais-valia. O trabalho que nasce com o intuito, um propósito de atender as necessidades vitais da humanidade com a produção de materiais de bens consideráveis úteis para a reprodução e produção da humanidade, se transformou abruptamente diante das alterações das dimensões econômicas, sociais, políticas e culturais da sociedade contemporânea (ANTUNES, 2018). O mesmo passa a ser usado como instrumento de valorização do capital, enquanto a classe trabalhadora se define em meio as condições insalubres dos trabalhos oferecidos e os escoamentos dos direitos conquistados através das lutas da classe trabalhadora.

O que se presencia hoje no mundo do trabalho é a perda do sentido criativo, autônomo e vital do trabalho por sofrimento, angústia e servidão, mesmo sabendo que o trabalho assalariado surgiu com o fim da escravidão dentro de um contexto de relações precarizadas. Hoje estamos diante do aprofundamento desta tendência aviltante nas relações de trabalho através do mundo digital. As transformações são visíveis ao serem comparadas com os processos produtivos do século XX, que eram

compostas por grandes fábricas padronizadas e metódicas (fordismo/taylorismo), extinguindo-se e dando vez para as empresas modernas do século XXI, que passaram a comportar em suas estruturas um número maior de maquinário informatizado ligado ao mundo digital. Esse processo favorece ainda mais para a globalização da economia, a desapropriação do trabalho e o aprofundamento das desigualdades, consonante com o aumento da produção de riquezas e os altos níveis de acumulação do capital (ANTUNES, 2009).

Somado à revolução tecnológica, conhecida também como indústria 4.0, a explosão do setor de serviços a partir da década de 80 formou uma nova massa de trabalhadores do mundo moderno, que Antunes (2018) em seu livro *O Privilégio da servidão* nomeia como o novo proletariado do mundo digital ou infoproletariado<sup>20</sup>, onde a tecnologia está à disposição da produção de lucros das corporações empresariais, e não do bem social da classe trabalhadora. Porém, é impossível não percebermos que em sua maioria as empresas via plataformas digitais, conseguem ofertar serviços rápidos, eficientes e baratos, mas, por trás disto há uma série de problemas danosos a classe trabalhadora (ANTUNES, 2018, SPBANCARIOS, 2019).

No início dos surgimentos das tecnologias avançadas, acreditavam que tal feito seriam utilizados para diminuir o tempo de trabalho e a exploração, porém o que se constatou foi o aumento da mais-valia absoluta e relativa, que propiciou o prolongamento da jornada e a intensificação considerável do trabalho. No atual mundo do trabalho, considera-se que as condições arcaicas e modernas estão tão intrínsecas no modo de extração da mais-valia que permitiram a exploração de forma mais primitiva possível, sugerido uma possível escravidão digital (ANTUNES, 2018).

Antunes (2018) ainda aponta que as contrarreformas trabalhistas, especificamente as engendradas no governo Temer em 2016, após o golpe que resultou no impeachment do presidente Dilma Rousseff, consubstanciaram o alto nível de exploração da classe trabalhadora, deixando lacunas abertas para os grandes empresários violarem direitos trabalhistas sem esbarrar nos arcabouços legais da CLT – Consolidação das Leis do Trabalho.

Identifica-se então o crescimento do fenômeno da uberização do trabalho, caracterizada como a antessala do desemprego estrutural que assombra grande parte da população que não consegue conquistar um emprego formal e estável, sendo a

<sup>20</sup>É aquele trabalhador que em qualquer atividade que ele desempenha ele depende da máquina digital, informacional, do *smarthphone* ou de alguma modalidade de trabalho digital (SPBANCARIOS, 2019).

única saída para os trabalhadores proverem o seu sustento. Refiro-me aqui a um “novo estágio da exploração do trabalho, que traz mudanças qualitativas ao estatuto do trabalhador, à configuração das empresas, assim como às formas de controle, gerenciamento e expropriação do trabalho” (ABÍLIO, 2017).

Fazer a mensuração quantitativa dos trabalhadores que desenvolvem as atividades via plataformas digitais, tem as suas dificuldades, mediante a realização das estatísticas dos institutos de pesquisa do país, uma vez que esses trabalhadores são englobados em categorias muito abrangentes. Destaca-se que o estudo tem a intenção de analisar o impacto da uberização do trabalho entre os motoristas e entregadores de aplicativos, que Manzano e Krein (2020) pautados em uma pesquisa com base na PNAD Contínua, nos elucida sobre a categorização desses trabalhadores para que possamos compreender o quantitativo crescente dos infoproletariados:

Na PNAD-Contínua estariam entre os “condutores de automóveis, táxis e caminhonetes” e entre os “condutores de motocicletas”. Já na PNAD COVID19 estão considerados entre os “motoristas” (de aplicativo, de táxi, de van, de mototáxi e de ônibus), entre os “motoboys” e entre os “entregadores de mercadorias” (de restaurante, farmácia, loja, Uber Eats, iFood, Rappi etc.). Apesar dessas categorias incluírem mais trabalhadores do *que somente os motoristas e entregadores por aplicativos*, acreditamos que elas servem para traçarmos um panorama aproximado de suas características (Manzano; Krein, 2020).

Segundo Manzano e Krein (2020) a partir da crise recessiva de 2015/2016, o número de trabalhadores por aplicativos passou a crescer expressivamente, mostrando o número elevado de desempregados, especialmente entre jovens, negros e pessoas de idades avançadas, paralelamente com a chegada e proliferação das plataformas digitais de transporte e entregas no país. De acordo com a PNAD Contínua evidenciam que:

De primeiro trimestre de 2016 ao primeiro trimestre de 2020, o número de condutores de automóveis, táxis e caminhonetes – categoria em que estão incluídos trabalhadores que atuam em aplicativos como o Uber - passou de 1,39 milhões para 2,02 milhões, um aumento de 41,9%. Já os condutores de

motocicletas tiveram um aumento de magnitude similar, de 39,2%, saltando de 522,1 mil para 729,7 mil entre 2016 e 2020 (Manzano; Krein, 2020).

O termo uberização do trabalho foi cunhado mediante as formas de organizações da empresa Uber, que Franco e Ferraz (2019) relatam que:

Esse fenômeno tem sido usualmente associado aos negócios da denominada *economia de compartilhamento* e abre o debate acerca das especificidades das categoriais estruturantes da acumulação capitalista que abarcam relações de trabalho virtualizadas. [...] A uberização do trabalho representa um modo particular de acumulação capitalista, ao produzir uma nova forma de mediação da subsunção do trabalhador, o qual assume a responsabilidades pelos principais meios de produção da atividade produtiva (FRANCO; FERRAZ, p. 844, 2019).

Dentro dessa nova dinâmica de trabalho, há três elementos fundamentais, segundo Franco e Ferraz (2019):

[...] os “solicitantes”, que representam as companhias ou as pessoas que demandam o serviço; as plataformas virtuais, as quais permitem que haja um local digital para reunir a oferta e a demanda – e por isso recebem um percentual do valor, que é pago aos trabalhadores que se engajam nessa tarefa; e os trabalhadores prestadores de serviços (FRANCO; FERRAZ, p. 848, 2019).

Para isso é preciso que o trabalhador faça um cadastro pouco criterioso em uma das plataformas digitais disponíveis no mercado que queiram trabalhar, e esteja munido de um *smartphone* conectado à internet. Nessa modalidade os trabalhadores são totalmente responsáveis pelo custeio de suas forças produtivas, como se fossem transferidos/terceirizados para si próprio, como mostram os termos de uso do aplicativo de entrega Ifood (2020) na 14ª cláusula no inciso 14.3:

[...] as partes são autônomas e independentes entre si e cada uma é inteiramente responsável pelos seus custos operacionais, despesas, taxas, contribuições e tributos relativos a manutenção de suas atividades (IFOOD, 2020).

Franco e Ferraz (2019) ainda pontuam que:

Nesse sentido, é de responsabilidade dos motoristas que operam por meio dos aplicativos de mobilidade urbana possuírem os principais meios de produção da atividade, como carro, *smartphone* conectado à internet, combustível, seguro, manutenção do veículo e eventuais gastos com acidentes ou agrados aos clientes (FRANCO e FERRAZ, p. 854, 2019)

E ABÍLIO (2017) complementa:

[...] uberização complementa-se com as terceirizações ao mesmo tempo que concorre com elas. Complementa-se na medida em que é mais um passo na transferência de custos e responsabilidades sobre a produção. Mas é também uma forma de eliminação de empresas terceirizadas que não conseguirão bancar a concorrência com as empresas-aplicativo. (PASSA PALAVRA, 2017).

Dentro dessa lógica de autonomia do trabalho e autorresponsabilização, são disseminados valores sociais voltados para o microempreendedorismo, “potencializada por uma nova figura jurídica, criada no governo Dilma, do Microempreendedor Individual (MEI)” (ABÍLIO, 2017). Nessa modalidade, onde não há chefe, surgem as ilusões da liberdade de horários, ganhos progressivos, possível autonomia e o sentimento de serem donos de seu próprio negócio, que se concretizam como uma proposta atrativa (ABÍLIO, 2017).

Porém, a integração do trabalho mesmo que virtual ao sistema capitalista “indica que o trabalhador está subordinado na relação de trabalho sob os moldes da uberização, ainda que a aparência imediata seja de autonomia e liberdade sobre a forma produtiva” (FRANCO e FERRAZ, 2019). Ou seja, mesmo não havendo um

contrato formal nos moldes da CLT, os trabalhadores são submetidos a parâmetros, normas, avaliações, domínio e subalternização como os trabalhadores formais, visando a excelência nas metas e nos padrões de produtividades sobre uma constante ameaça dos riscos e de desligamento da ocupação (FRANCO e FERRAZ, 2019).

Sobre isso ABÍLIO (2017) vai elucidar que:

[...] o controle sobre o trabalho é transferido para a multidão de consumidores, que avaliam os profissionais a cada serviço demandado. Essa avaliação fica visível para cada usuário que for acessar o serviço com aquele trabalhador. A certificação sobre o trabalho vem agora da esfera do consumo, por meio dessa espécie de gerente coletivo que fiscaliza permanentemente o trabalhador. A multidão vigilante, na forma multidão, é então quem garante de forma dispersa a certificação sobre o trabalho (ABÍLIO, 2017).

Outra característica relativa a uberização é o trabalho intermitente, onde os trabalhadores só ganham alguma remuneração quando são solicitados através das plataformas digitais (empresas) controladas por algoritmos, ficando à disposição das demandas dos aplicativos e dos consumidores de seus serviços. Isso significa que eles podem permanecer sem ser solicitados por dias, e conseqüentemente, sem remuneração. Ressalta-se aqui que as empresas não são obrigadas a se conectarem a todos os trabalhadores da mesma forma, como também os mesmos não são obrigados a atenderem a todos os seus chamados. Porém, se esses trabalhadores começarem a recusar constantemente as chamadas para o trabalho, ou se suas avaliações forem negativas, sofrem um bloqueio do aplicativo por dias e correm o risco de serem desligados das plataformas digitais (FRANCO e FERRAZ, 2019, ANTUNES, 2018).

Essas incertezas e inseguranças nos proventos financeiros faz com que muitos aumentem suas jornadas de trabalho durante o dia, estendendo-se para a noite e aos finais de semana, chegando a trabalhar 12 horas, 14 horas ou 16 horas por dia, sete dias por semana. Esta tensão tem provocado vários desgastes físicos e psíquicos nos trabalhadores, favorecendo o surgimento de patologias que afetam a qualidade de vida da classe trabalhadora.

Sobre isso, o Ifood (2020) contraditoriamente do que ocorre na realidade e na prática das relações de trabalho, explicita em seu termo de uso na 4ª cláusula no inciso 4.3 que:

O Entregador, por meio de sua aceitação aos presentes Termos, reconhece que ficará, a seu exclusivo critério: (i) a escolha do momento em que se conectará à Plataforma; (ii) o tempo em que ficará ativo (“online” ou “disponível”) na Plataforma; (iii) a opção de aceitar ou recusar os pedidos de entrega; e (iv) o período, local e quantidade de acessos à Plataforma. O Entregador reconhece que não existe qualquer participação e/ou ingerência do iFood nas suas escolhas de utilização da Plataforma, podendo o Entregador acessar e usufruir da Plataforma como melhor lhe couber, desde que respeitados os Termos aqui escritos (IFOOD, 2020).

A sensação de flexibilidade de horário e de altos ganhos através da uberização é uma verdadeira falácia, ao pensarmos que estamos nos referindo a trabalhadores que estão no desesperado em busca do sustento. A falta de regulamentações nestas questões só propicia o aumento da exploração direta, tornando um dos motivos mais cobijados pelos aplicativos. Só mostra como a contrarreforma trabalhista desumanizou o trabalhador, e favoreceu a terceirização pelas empresas expondo a classe trabalhadora aos maiores níveis de precarizações das condições de trabalho (ANTUNES, 2018).

Os aplicativos evidenciam a todo instante que não há nenhum vínculo empregatício entre as plataformas digitais e os prestadores de serviços, sendo a única tarefa servir de mediador até os consumidores, o que os desresponsabilizam de obrigações legais. A empresa Uber, por exemplo, afirma em seu termo de uso que os “serviços de transporte ou logística são prestados por parceiros independentes, que não são empregados(as) e nem representantes da Uber, nem de qualquer de suas afiliadas” (UBER, 2020). O Ifood (2020) explicita ainda mais a sua desresponsabilização com o trabalhador:

Ambas as Partes têm total ciência de que a relação entre elas não possui nenhuma das características previstas em lei para reconhecimento do vínculo empregatício, tratando-se de relação estritamente cível e comercial, conforme a conveniência do Entregador com relação ao aceite e à realização das Entregas (IFOOD, 2020).

Estamos falando de trabalhadores invisíveis desde o momento que realizam o cadastro nas plataformas digitais, passando a serem números e perfis digitais que afirmam cada vez mais a desumanização do trabalho. A ausência de vínculos empregatícios significa também a inexistência de direitos trabalhistas, como férias, limites de jornada de trabalho, pagamento de horas extras, 13º salário, benefícios como vale-transporte, vale-alimentação, aposentadoria, auxílio-doença, recolhimento do FGTS – Fundo de Garantia do Tempo de Serviço entre tantos outros.

Franco e Ferraz (2019) vai dizer que as grandes empresas como Uber, Ifood, Rappi, GetNinjas, Loggi e Diarissimas, utilizam do desregulamento legal como uma forma de se adequarem às novas demandas do capital econômico a partir das exigências dos novos consumidores da era digital. Assim, continuam a extração da mais-valia de forma mais primitiva e severa para a acumulação de riquezas, uma vez que “as empresas solicitantes ficam satisfeitas, já que têm uma considerável redução de custos, quando se compara o quanto teria de dispendir caso precisasse contratar empregados para realizar as atividades” (FRANCO e FERRAZ, p. 849, 2019).

A uberização do trabalho tomou grande repercussão durante a pandemia do novo coronavírus (COVID-19), onde a atividade passou a ser fundamental devido ao isolamento social para evitar aglomerações em vários espaços comerciais e atender as necessidades de consumo da população. A saída encontrada para “girar” a economia destes estabelecimentos foi utilizar dos aplicativos de entregas, resultando no aumento dos trabalhadores por aplicativos, onde nunca se viu tantos acessos pelos consumidores as plataformas digitais, como também a realização de novos cadastros por pessoas dispostas a enfrentarem os riscos de contaminação pelo vírus para trabalhar. Esse fenômeno pode ser explicado pela quantidade de desempregados nesse momento, visto que muitos trabalhadores formais perderam seus empregos devido à recessão econômica agravada pela pandemia (Manzano; Krein, 2020).

É neste momento pandêmico que os trabalhadores foram expostos a altos níveis de precariedades, onde a oferta de EPI – Equipamento de Proteção Individual por parte das empresas foi algo inimaginável, demonstrando o descaso com a vida da classe trabalhadora. Bonis (2020) em uma reportagem para o site UOL, evidenciou o aprofundamento das precarizações frente a pandemia do COVID-19 baseado em um

estudo<sup>21</sup> da Unicamp, Ministério Público e a Universidade do Paraná, realizado através de uma pesquisa por questionário on-line com 298 trabalhadores de aplicativos de entrega em 29 cidades, que mostra que:

Antes da pandemia, 38,2% dos entregadores trabalhavam até oito horas por dia; 54,1%, entre nove e 14 horas; e 7,8%, acima de 15 horas. Durante a quarentena, 43,3% trabalhavam até oito horas diárias; e 56,7%, por mais de nove horas. [...] Além disso, 78,1% faziam entregas em seis ou sete dias da semana. Segundo a pesquisa, cerca de metade recebia até 520 reais por semana antes da pandemia. Depois, 71,9% declararam receber até 520 reais, e 83,7%, até 650 reais. [...] identificou jornadas de trabalho maiores e queda nos rendimentos de 58,9% dos entrevistados (BONIS, 2020).

Diante do aprofundamento das precariedades das relações de trabalho frente a pandemia, os entregadores de aplicativos organizaram uma paralisação como forma de luta e resistência que ficou conhecido como “Breque dos APP’s”. Em meio a era digital, onde toda a população está conectada as redes sociais, viu-se uma enxurrada de relatos e imagens que alertavam sobre as precariedades dos trabalhadores como forma de apoio a paralisação. O movimento tinha em seu interior as reivindicações contra as baixas remunerações que veio caindo abruptamente, os bloqueios indevidos pelos aplicativos que caracteriza a suspensão dos entregadores, falta dos equipamentos de segurança frente a pandemia, a regulamentação do trabalho para que possam ter direitos entre outros quesitos (PERES, 2020).

A princípio foram programados dois dias de resistência e paralisação da categoria em plena a situação de caos social devido à pandemia do COVID-19, que aconteceram nos dias dois e vinte cinco de julho de dois mil e vinte, nas principais cidades do Brasil, constituídos por atos e protestos pelas ruas. Todo esse contexto motivou com que os entregadores passassem a circular em seus capacetes e *Bags*<sup>22</sup> frases como: “nossas vidas valem mais que o lucro deles” e “arriscando minha vida para matar a sua fome e a minha” (PERES, 2020).

<sup>21</sup> **Condições de trabalho de entregadores via plataforma digital durante a covid-19** (Unicamp, Ministério Público do Trabalho; Universidade Federal do Paraná, 2020)

<sup>22</sup> Grandes mochilas térmicas utilizadas para o transporte dos alimentos.

Para Bonis (2020), todas essas movimentações contra as precarizações estabelecidas pelas plataformas digitais tiveram sua relevância e importância para que se começassem a repensar sobre as condições de trabalho desses entregadores. Paulo Lima mas conhecido como “Galo” destacou durante a reportagem que foi uma paralisação muito tímida para mudar o panorama dessas relações de trabalho, precisando da adesão de todos os entregadores e um conteúdo mais político em suas reivindicações, para que de fato possam exercer uma forte pressão contra as empresas capitalistas dispostas em plataformas digitais.

Para Paulo Lima mas conhecido como “Galo” entre os entregadores de aplicativos e por ser fundador do Movimento de Entregadores Antifascistas, presente em 11 estados brasileiros, afirmou em uma entrevista cedida para o site CartaCapital que o mais difícil durante a paralisação foi a conscientização e adesão dos seus companheiros, porque muitos não aderiram ao manifesto por estarem totalmente envolvidos ao discurso ideológico do empreendedorismo. Galo durante a entrevista pontua que a reestruturação produtiva veio para suprimir os empregos com a sua implementação, e na cena contemporânea a uberização do trabalho caminha para a retirada dos direitos conquistados da classe trabalhadora (BASILIO, 2020).

O Movimento de entregadores Antifascistas visa criar cooperativas de entregadores com tecnologias gratuitas e aberta que conectará os principais atores destas relações, os comerciantes, os entregadores e os consumidores, além disso, também pensam em criar um Fundo Solidário para o amparo dos entregadores caso vierem precisar, mediante aos acidentes de trabalho, acometimentos por alguma patologia ou despesas emergenciais. São propostas solidárias, com perspectivas de coletividade, sem exploração do trabalho e pós-capitalistas, pautadas na auto gestão e proteção entre a categoria. O fundador tem como inspiração os movimentos políticos de rua, ressaltando o Movimento dos Panteras Negras<sup>23</sup> e dos Zapatistas<sup>24</sup> (BASILIO, 2020, OUTRAS PALAVRAS, 2020).

A resistência e o enfrentamento dos trabalhadores precarizados dos setores de serviço, bem como do novo processo de uberização do trabalho tem encontrado grandes dificuldades na luta contra as condições aviltantes que são expostos

<sup>23</sup> Movimento norte-americano que ganhou popularidade no final da década de 1960 e que pautava a resistência contra a opressão policial nos bairros negros (BASILIO, 2020).

<sup>24</sup> Movimento que nasceu no México, inspirado na luta do revolucionário Emiliano Zapata, e pregou entre suas agendas o fim da marginalização dos indígenas locais (BASILIO, 2020).

constantemente, devido ao discurso do empreendedorismo, o individualismo, o trabalho informal e da necessidade gritante por uma atividade remunerada. Segundo Antunes (2018), é preciso que a classe trabalhadora se reorganize de tal para traçar uma dialética com os partidos políticos, sindicatos e movimentos sociais de esquerda, onde cada um some com as suas especificidades em defesa do mundo do trabalho. É preciso retomar as mobilizações de base e traçar novas formas de embates para a construção de um novo projeto societário, sem exploração, alienação e dominação, onde os sujeitos possam ser autônomos e emancipados numa realidade social que visa o bem-estar e a gerência das necessidades da sociedade na perspectiva da igualdade.

#### 4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como podemos observar a uberização do trabalho foi fruto da revolução tecnologia e da reestruturação produtiva, gerindo uma nova massa de trabalhadores informais que passaram a vivenciar as precarizações das relações de trabalho de forma aviltante, com o aprofundamento e o desvelamento das expressões da questão social. Com a perda do sentido do trabalho no capitalismo maduro, percebe-se que houve uma transfiguração da atividade para a valorização do capital e a manutenção da classe dominante, reafirmada pelo desemprego estrutural e a disseminação do discurso do empreendedorismo de forma apelativa e convincente. O afastamento do Estado na provisão de políticas públicas e as desregulamentações legais do trabalho que serviriam como amparo para as mazelas da população subalterna, propiciou a servidão e o sofrimento dos infoproletariados, alinhados ao ideário neoliberal e a contrarreforma trabalhista.

A partir da reunião das obras bibliográficas utilizadas com uma abordagem qualitativa, diante das dificuldades por ser um tema novo e haver pouca produção teórica, percebeu-se que a massa de trabalhadores do setor de serviços que se utiliza das plataformas digitais, vem sofrendo com as precariedades nas relações de trabalho impostas de forma mascaradas com o pressuposto da autonomia, impedindo-os de enxergar a subordinação que sofrem pelo capital. São expressões da questão social que acomete todos os âmbitos da vida da classe trabalhadora, manifestadas nas baixas remunerações, aumento da jornada de trabalho, direitos trabalhistas sonogados, dominação ideológica, coerção, domínio e exploração pelas empresas, negação dos meios de produção e estratégias de impedimento de organizações de resistência e luta contra as péssimas condições de trabalho, principalmente durante a pandemia do novocoronavírus (COVID-19) onde o poder público demonstrou uma completa indiferença com a vida dos trabalhadores.

O serviço social é uma profissão inserida na divisão social e técnica do trabalho, tem como objeto de atuação a questão social, portanto, analisar e investigar as possibilidades de estratégias para o enfrentamento das expressões da questão social no contexto de precarização das condições de trabalho dos motoristas e entregadores de aplicativos, se constituem uma necessidade para que possam elaborar conhecimento das demandas que emanam da uberização do trabalho. Diante disto,

olhar para os movimentos das classes sociais antagônicas, e as relações estabelecidas a partir de seus interesses facilitam a compreensão e a formulações de novas mediações para o trabalho dos assistentes sociais na contemporaneidade, facilitando a construção de propostas eficientes e capazes de garantirem os direitos aos trabalhadores mediante as demandas que surgirem no cotidiano, uma vez que são profissionais que elaboram, formulam, avaliam, viabilizam e implementam políticas sociais, em específico as políticas públicas.

Estar alinhado ao Projeto Ético-Político do Serviço Social que propõe uma sociedade oposta ao capitalismo, faz com que assistentes sociais assumam o compromisso na luta pela emancipação da classe trabalhadora, defendendo valores que vão de contra a classe dominante e sua hegemonia. Para isso, requer dos profissionais o reconhecimento da contradição existente imposta pela disputa de interesses que cercam a atuação do Serviço social entre as classes fundamentais, prevalecendo sempre a sua relativa autonomia para atender as necessidades da classe trabalhadora. Através do Código de Ética da profissão, os assistentes sociais contribuem para o aprofundamento da democracia, da liberdade dos sujeitos como valor ético central, da justiça social e equidade nas condições de reproduções da vida, na defesa dos direitos humanos, da recusa do autoritarismo, da expansão da cidadania e a eliminação de qualquer forma de preconceito.

Fomentar os movimentos de lutas e resistências dos trabalhadores por aplicativos também se torna um campo de atuação dos assistentes sociais a partir da teoria marxista, através das práticas pedagógicas que consubstancia o teor político e ético no interior das reivindicações postas pelos trabalhadores.

Contudo, elaborar estudos que pesquise as novas formas de exploração da classe trabalhadora é extremamente importante para o serviço social, é inesgotável, já que o sistema capitalista sempre redesenha este mecanismo deplorável de exploração. Só assim que concomitantemente os assistentes sociais estarão qualificados a gerar respostas as expressões da questão social através do entendimento das realidades sociais, com estratégias de enfrentamento que formule a construção de uma nova sociedade livre de exploração e dominação de uma classe sobre a outra.

## 5 REFERÊNCIAS

ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização do trabalho**: subsunção geral da viração. Passa Palavra, 2017. Disponível em: <https://passapalavra.info/2017/02/110685/#comments> Acessado em: 27 de out. de 2020.

ALENCAR, Mônica. O trabalho do assistente social nas organizações privadas não lucrativas. In CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): SERVIÇO SOCIAL. **Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. 2009.

ANTUNES, Ricardo L.C. **ADEUS AO TRABALHO?** Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 11. ed. São Paulo: Cortez; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 2006. 200 p. INSB (Cortez) 85-249-0555-7; ISBN (Unicamp) 85-268-0333-6.

ANTUNES, Ricardo L.C. **O Privilegio da Servidão**: O novo proletariado de serviços na era digital. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2018. 328 p. ISBN 978-85-7559-635-7.

ANTUNES, Ricardo L.C. **O Sentido do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2009. 287 p. ISBN 978-85-85934-43-9.

BASÍLIO, Ana Luiza. **Entregadores Antifascista**: “A uberização veio para suprimir direito”. CartaCapital, 2020. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/sociedade/entregadores-antifascistas-a-uberizacao-vem-para-suprimir-direitos/>>. Acessado em: 14 de out. de 2020.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSCHETTI, Ivanete. **Política Social**: Fundamentos e História. V. 2. 7<sup>o</sup>. Ed. São Paulo: Cortez, 2001. p 213. INSB 978-85-249-1259-7.

BEHRING, Elaine Rossetti; SANTOS, Silvana Mara Morais. Questão Social e Direitos. In. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): **SERVIÇO SOCIAL. Direitos Sociais e Competências Profissionais**. Brasília. 2009.

BORGES, Celia Regina Congilio. A atual reestruturação produtiva e as lutas sociais: enfrentando ideologias. In **Lutas Sociais**, n. 6, p. 69-82, 1999.

BOTTOMORE, TOM. **Dicionário do Pensamento Marxista**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1983. 454 p. ISBN 85-85061-79-0

BRAZ, Marcelo. Capitalismo, crise e lutas de classes contemporâneas: questões e polêmicas. In. **Serviço Social & Sociedade** (São Paulo) n. 111, p. 468-492, 2012.

BONIS, Gabriel. **Pandemia precariza ainda mais o trabalho de entregadores de aplicativos.** Economia. Uol, 2020. Disponível em: <<https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2020/07/10/pandemia-precariza-ainda-mais-o-trabalho-de-entregadores-de-aplicativos.htm>>. Acessado em: 30 de out. de 2020.

CARDOSO, Miriam Limoeiro. **Capitalismo Dependente, Autocracia Burguesa e Revolução Social em Florestan Fernandes.** Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo: (São Paulo) Coleção Documentos, n. 18, 1997.

COSTA, Maria Dalva Horácio da. Os serviços na contemporaneidade: notas sobre o trabalho nos serviços. In. Mota, Ana Elizabete (Org). **A NOVA Fábrica de consensos:** ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 1998. p. 195-215.

DIESSE. Nota técnica. n. 172, 2017. Disponível em: <<https://www.dieese.org.br/notatecnica/2017/notaTec172Terceirizacao.html#:~:text=DIEESE%20-%20nota%20t%C3%A9cnica%20-%20NT%20n%C2%BA,condi%C3%A7%C3%B5es%20de%20trabalho%20-%20mar%C3%A7o%2F2017&text=an%C3%A1lises%20e%20leva%20a%20conclus%C3%B5es%20bastante%20distintas%20sobre%20o%20mesmo%20fen%C3%B4meno.&text=de%20pesquisa%20a%20essa%20base,feitas%20in%C3%BAmeras%20relativas%20nesse%20sentido>>. Acessado em: 09 de out. de 2020.

FARIA, José Henrique de; RAMOS, Cinthia Letícia. Tempo dedicado ao trabalho e tempo livre: os processos sócio-históricos de construção do tempo de trabalho. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 15, n. 4, p. 47-74, 2014.

FRANCO, David Silva; FERRAZ, DEISE LUIZA DA SILVA. Uberização do trabalho e acumulação capitalista. **Cadernos EBAPE. BR**, v. 17. p. 844-856, 2019.

FREDERICO, Celso. Classes e lutas sociais. In CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): **SERVIÇO SOCIAL. Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília. 2009.

GRANEMANN, Sara. O processo de produção e reprodução social: o trabalho e sociabilidade. In. CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL; ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): **SERVIÇO SOCIAL. Direitos Sociais e Competências Profissionais.** Brasília. 2009.

HOBBSBAWN, Eric J. **A ERA DAS REVOLUÇÕES 1789-1848.** A revolução industrial. Rio de Janeiro: Paz e Terra S.A, 1977. p 43-69.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. A Questão Social no Capitalismo. In. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): **Revista Temporalis.** Ano II. Nº 3. Brasília: Grafiline, 2001. p 09-32.

IAMAMOTTO, Marilda Villela. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015. p 326. ISBN 978-85-249-0693-0.

IBGE. Desemprego, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/explica/desemprego.php>> Acessado em: 29 de out. de 2020.

Ifood entregadores. **Termos de uso do App**, 2020. Disponível em: <<https://ifoodentregadores.wpcomstaging.com/termosdeuso/>> Acessado em: 15 de out. de 2020.

LESSA, Sergio. O processo de produção/reprodução social: trabalho e sociabilidade. In. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília). **Capacitação em Serviço Social e Política Social**. Modulo 2. p 20-33. CEAD-UNB,1999.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tamasso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katálysis**, v. 10, SPE, p. 37-45, 2007.

MANZANO, Marcelo; KREIN, André. A pandemia e o trabalho de motoristas e de entregadores por aplicativos no Brasil. **Campinas: Cesit/Unicamp**, 2020.

MARSIGLIA, Regina Maria Giffoni. Orientações básicas para a pesquisa. In. **Serviço Social e saúde: formação e trabalho profissional**. São Paulo: OPAS, OMS, Ministério da Saúde, 2006.

MEDEIROS, Marcelo. A trajetória do Welfare State no Brasil: papel redistributivo das políticas sociais dos anos 1930 aos anos 1990. In. **INSTITUTO DE PESQUISA ECONOMICA APLICADA**. n. 852. Brasília, 2001. ISSN 1415-4765.

MELO, Ana Inês Simões Cardoso de; ALMEIDA, Glaucia Elaine Silva de; MATTOS, Ubirajara Aloísio de Oliveira. NA CORDA BAMBÁ DO TRABALHO PRECARIZADO: a terceirização a saúde do trabalhador. In. Mota, Ana Elizabete (Org). **A NOVA Fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998. p 195-215.

MOTA, Ana Elizabete; AMARAL, Angela Santana do. Reestruturação do capital, fragmentação do trabalho e Serviço Social. In. Mota, Ana Elizabete (Org). **A NOVA Fábrica de consensos: ensaios sobre a reestruturação empresarial, o trabalho e as demandas ao Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 1998. p 23-44.

MONTAÑO, Carlos Eduardo. O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do “terceiro setor”. In. **Lutas Sociais**, n. 8, p. 53-64, 2002.

MONTAÑO, Carlos; DURIGUETTO, Maria Lúcia. **Estado, Classes e Movimento Social**. v 5. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011. 384 p. ISBN 978-85-249-1857-5

MUYLAERT, Camila Junqueira et al. Entrevistas narrativas: um importante recurso em pesquisa qualitativa. **Revista da Escola de Enfermagem da USP**, v. 48, n. SPE2, p. 184-189, 2014.

NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política**. Uma introdução crítica. v 1. 7. Ed. São Paulo: Cortez, 2011. 268 p. ISBN 978-85-249-1761-5.

NETTO, José Paulo. Cinco Notas a Propósito da “Questão Social”. In. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): **Revista Temporalis**. Ano II. Nº 3. Brasília: Grafiline, 2001. p 41-49.

OUTRAS PALAVRAS. Os novos planos dos entregadores rebelados, 2020. Disponível em: < <https://outraspalavras.net/videos/os-novos-planos-dos-entregadores-rebelados/>>. Acessado em: 23 de out. de 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. Crescimento do setor terciário no Brasil. Brasil Escola. Disponível em: < <https://brasilecola.uol.com.br/brasil/crescimento-setor-terciario-no-brasil.htm>>. Acesso em 24 de out. de 2020.

PENA, Rodolfo F. Alves. Setor Terciário. Brasil. Escola. Disponível em: <<https://brasilecola.uol.com.br/economia/setor-terciario.htm>>. Acesso em 24 de outubro de 2020.

PEREIRA, Potyara A.P. Questão Social, Serviço Social e Direitos da Cidadania. In. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): **Revista Temporalis**. Ano II. n. 3. Brasília: Grafiline, 2001. p 51-62.

PERES, Ana Claudia. Olha o breque. Movimento dos entregadores vem chamando a atenção para a precaridade das relações de trabalho nas plataformas digitais. In. **Revista Radis**, Nº 215. P. 16-22, 2020

SIMIONATTO, Ivete. Classes subalternas, lutas de classe e hegemonia: uma abordagem gramsciana. In. **Revista Katálysis**: (Florianópolis). v. 12. n. 1. p. 41-49, 2009.

SIMIONATTO, Ivete; LUZA, Edinaura. Estado e sociedade civil em tempos de contrarreforma: lógica perversa para as políticas sociais. **Textos & Contextos**, v. 10, n. 2, p. 215-226, 2011.

SPBancarios. Os infoproletários, a tecnologia e a uberização do trabalho, 2019. Disponível em: <<https://spbancarios.com.br/05/2019/os-infoproletarios-tecnologia-e-uberizacao-do-trabalho>> Acessado em: 10 de out. de 2020.

Uber. **Brasil-Termos de uso**, 2020. Disponível em: <<https://www.uber.com/legal/pt-br/document/?name=general-terms-of-use&country=brazil&lang=pt-br>> Acessado em: 20 de out. de 2020.

YAZBEK, Maria Carmelita. Pobreza e Exclusão social: Expressões da Questão Social no Brasil. In. ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ENSINO E PESQUISA EM SERVIÇO SOCIAL (Brasília): **Revista Temporalis**. Ano II. n. 3. Brasília: Grafiline, 2001. p 33-40